



BRUNO RODRIGO SILVA DIOGO

**Raça e desigualdades sociorregionais no Brasil: um estudo do
cooperativismo agrícola do MST e Racismo Estrutural em Minas Gerais**

São Paulo
2025

BRUNO RODRIGO SILVA DIOGO

**Raça e desigualdades sociorregionais no Brasil: um estudo do
cooperativismo agrícola do MST e Racismo Estrutural em Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

São Paulo

2025

Diogo, Bruno Rodrigo Silva.

D591 Raça e desigualdades sociorregionais no Brasil : um estudo do cooperativismo agrícola do MST e racismo estrutural em Minas Gerais / Bruno Rodrigo Silva Diogo. – São Paulo, 2025.
84 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch..

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Desenvolvimento rural – Minas Gerais – Aspectos sociais. 3. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 4. Movimentos rurais sociais – Minas Gerais – Aspectos sociais. 5. Racismo – Minas Gerais. I. Título.

CDD 301.35098151

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BRUNO RODRIGO SILVA DIOGO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 05 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 15h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BRUNO RODRIGO SILVA DIOGO, intitulada **RAÇA E DESIGUALDADES SOCIO REGIONAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA DO MST E RACISMO ESTRUTURAL EM MINAS GERAIS.**, sob orientação do Prof. Dr. Clifford Andrew Welch. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo, Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. MAÍRA ARAÚJO CÂNDIDA (Participação Virtual) do(a) . / NEPRA - Unimontes. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Este estudo elabora uma crítica sobre os reais motivos da baixa criação de cooperativas agrícolas em alguns territórios do país, a partir da confrontação entre as categorias do racismo estrutural e do cooperativismo. Inova ao relacionar as concepções do cooperativismo a luz da geografia crítica, e evidencia as poucas elaborações acadêmicas referentes ao tema da segregação territorial no campo brasileiro.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This study offers a critique of the real reasons for the low number of agricultural cooperatives created in some areas of the country, based on a comparison between the categories of structural racism and cooperativism. It innovates by relating the concepts of cooperativism to the lens of critical geography, and highlights the limited academic research on the issue of territorial segregation in the Brazilian countryside.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Este estudio ofrece una crítica de las verdaderas razones del bajo número de cooperativas agrícolas creadas en algunas zonas del país, basándose en una comparación entre las categorías de racismo estructural y cooperativismo. Inova al relacionar los conceptos de cooperativismo con la perspectiva de la geografía crítica y destaca la escasa investigación académica sobre la segregación territorial en el campo brasileño.

Dedico esse trabalho ao povo palestino, que em meio a dor, fome e escombros, nos ensinam que os senhores da guerra podem nos tirar a vida, mas nunca o exemplo da resistência e da coragem. A indiferença ou todas as desculpas da humanidade ao genocídio em Gaza, nunca trarão de volta as crianças mortas pela sanha do Capital.

Entre anjos e o demônio

Pudera conceder asas de anjo aos sonhos
De viver em terras prósperas e férteis
Onde homens e mulheres possam
Criar seus filhos longe das mazelas e da barbárie

Pudera conceder asas de anjo as consciências
Onde os trabalhadores ao lado da verdade
Enfrentarão as engrenagens satânicas
Que mutilam e alienam incessantemente durante o trabalho

Pudera conceder asas de anjo as convicções
Para que se encerre o tempo
De ser necessário a morte para se lembrar dos vivos
Para que o demônio sucumba perante a espada dos lutadores

Pudera devolver asas de anjos as crianças
Para que voem o quanto for preciso sobre
Os tantos mares, muros e cercas levantadas após 89
Com a queda do muro de Berlim.

Bruno Diogo

RESUMO

Inscrita no âmbito da geografia, a presente dissertação utiliza os procedimentos metodológicos de aplicação de entrevistas semiestruturadas em campo e observação participante; e para o desenvolvimento desse estudo, fazemos uso das categorias da geografia crítica. Este trabalho objetiva analisar como o racismo estrutural incide no cooperativismo agrícola em algumas regiões do Brasil com foco em Minas Gerais. As desigualdades do campo brasileiro, devem ter a questão racial como pano de fundo, pois esta é indissociável do debate da questão agrária em nosso país. A chave de análise do *racismo estrutural* instrumentaliza os estudos para o entendimento das desigualdades sociorregionais, que dividem o Brasil-Rural em distintas realidades socioeconômicas. Assim, o presente estudo identifica como o racismo estrutural é indispensável para compreensão das desigualdades sociorregionais e deve ser considerada como um dos fatores que explica a existência de menos cooperativas agrícolas em determinadas regiões do Brasil. A conflitualidade e intensionalidade contribuem na explicação do processo de segregação racial e dos seus impactos sobre os territórios gerando desigualdades sociorregionais. Por isto, são distintos os desenvolvimentos rurais onde predominam a presença de camponeses brancos comparados a territórios com maior presença de camponeses negros. De toda forma, as análises implicaram em reflexões relevantes sobre políticas públicas aos movimentos socioterritoriais do campo, sobretudo à organização do Sistema Cooperativista dos Assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e demonstraram que o racismo estrutural influencia diretamente nas distintas condições socioeconômicas entre as mesorregiões do Jequitinhonha e Sul de Minas Gerais.

Palavras-chave: Cooperativismo; desigualdades sociorregionais; racismo estrutural.

ABSTRACT

Prescribed to the scope of geography, the present dissertation utilizes the methodological procedure of semi-structured interviews applied in the field and participant observation; and for the development of this research, we utilize the categories of critical geography. The present work aims to analyze how structural racism affects agricultural cooperativism in some regions of Brazil, focusing on the state of Minas Gerais. The inequalities in the Brazilian countryside must have the racial issue as a background, for that is inseparable from the agrarian question in our country. The analytical framework of structural racism provides tools for understanding the socio-regional inequalities that divide the countryside of Brazil in distinct socioeconomic realities. Thus, the present study identifies how structural racism is indispensable for the understanding of socio-regional inequalities and must be regarded as one of the explaining factors for the existence of fewer agricultural cooperatives in certain regions of Brazil. The conflicts and intentionality contribute to explain the process of racial segregation and its impacts on the territories, creating socio-regional inequalities. Thus, there are distinct levels of rural development where white peasants predominate as compared to territories with a greater black peasants' presence. In any case, the analyses implicated in relevant reflections regarding public policies for the socio-territorial rural movements, especially for the organization of the Cooperative System of Agrarian Reform Settlers of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers Movement – MST), and demonstrated that structural racism influences directly on the distinct socioeconomic conditions between the mesoregions of Jequitinhonha and South of Minas Gerais.

Keywords: Cooperativism; socioregional inequalities; structural racism.

RESUMEN

Inscrita en el ámbito de la geografía, la presente disertación utiliza los procedimientos metodológicos de aplicación de entrevistas semi-estructuradas a campo y observación participante; e para el desarrollo de ese estudio utilizamos las categorías de la geografía crítica. Este trabajo objetiva analizar como el racismo estructural incide en el cooperativismo agrícola en algunas regiones de Brasil, con foco en Minas Gerais. Las desigualdades sociales del campo brasileño, deben considerar la cuestión racial como trasfondo, pues ella es inseparable del debate de la cuestión agraria en nuestro país. La clave de análisis del racismo estructural instrumentaliza los estudios para la comprensión de las desigualdades socioregionales, que dividen al Brasil-Rural en distintas realidades socioeconómicas. Así, este estudio identifica como el racismo estructural es indispensable para la comprensión de las desigualdades sociorregionales y debe ser considerada como uno de los factores que explica la existencia de menos cooperativas agrícolas en determinadas regiones de Brasil. La conflictividad e intencionalidad contribuyen en la explicación del proceso de segregación racial y sus impactos sobre los territorios, engendrando desigualdades sociorregionales. Por ello, son distintos los desarrollos rurales donde predomina la presencia de campesinos blancos comparados a los territorios con mayor presencia de campesinos negros. De toda forma, los análisis implican en reflexiones relevantes sobre políticas públicas a los movimientos socioterritoriales del campo, sobretudo a la organización del Sistema Cooperativista de los Asentados del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, y demuestran que el racismo estructural influencia directamente en las condiciones socioeconómicas entre las mesorregiones de Jequitinhonha y Sur de Minas Gerais.

Palabras-claves: Cooperativismo; desigualdades sociorregionales; racismo estructural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa 1: Agricultura Familiar e Produtores negros – 2017.....	27
Figura 2 - Mapa 2: Produtores que não são proprietários de terras, analfabetos e que não recebem assistência técnica (negros e brancos) – 2017.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre a realidade dos Agricultores Familiares Cooperados x Negros no campo.....	66
Quadro 2 - Resumo das entrevistas associados a COOPERJEQUI.....	68
Quadro 3 - Resumo das entrevistas associados a CAMPONESA.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cac	Camponês a Camponês
CCA	Cooperativa Central dos Assentados
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPERJEQUI	Cooperativa dos Camponeses dos Vales do Jequitinhonha
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
MG	Minas Gerais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PEA	População Economicamente Ativa
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SPCMA	Setor de produção Cooperação e Meio Ambiente
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UNICAFES

União Nacional das Cooperativas de Agricultura
Familiar e Economia Solidária

USAID

Agência dos Estados Unidos para o
Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO RACIAL: AS DESIGUALDADES SOCIORREGIONAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE O COOPERATIVISMO NO BRASIL	22
2.1 A questão agrária e as desigualdades sociorregionais	23
2.2 O debate sobre o desenvolvimento no campo e as consequentes desigualdades sociorregionais	24
2.3 A segregação territorial e os impactos sobre o cooperativismo e a questão racial	29
2.4 Os dados do Censo Agropecuário de 2017 e os números sobre a questão racial e o cooperativismo	33
3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MST	43
3.1 Os princípios basilares do cooperativismo e seu histórico no Brasil	44
3.2 Outros números do cooperativismo agrícola no Brasil	51
3.3 O Cooperativismo no MST	52
4 ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DOS CAMPONESES SUL MINEIROS - CAMPONESA E DA COOPERATIVA DOS CAMPONESES DOS VALES DO JEQUITINHONHA - COOPERJEQUI	58
4.1 A metodologia da observação participante	60
4.2 Questionário Semiestruturado	61
4.3 A Luta do MST em Campo do Meio e a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros – CAMPONESA	62
4.4 A Luta do MST em Felisburgo e a Cooperativa dos Camponeses do Vale do Jequitinhonha – COOPERJEQUI	64
4.5 Resultados e Discussões	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira permanece sendo uma área de estudo importante para a formulação de paradigmas de desenvolvimento para o campo. Permanecem sequelas sociais, econômicas e culturais provenientes da formação socioeconômica do campesinato brasileiro. Indígenas, negros africanos, camponeses europeus e asiáticos brancos imigrantes foram responsáveis pela diversidade étnica, racial e cultural que constitui as populações do campo, das águas e das florestas no Brasil. Para o conhecimento teórico-geográfico interessa entender os processos de produção do espaço promovidos pelo estudo do território, sua compreensão de totalidade e soberania, assim como sua compreensão de escala e dimensão. Os territórios são a materialização do espaço a partir da composição física e dos conflitos sociais.

A conflitualidade é resultado das intencionalidades distintas a partir da luta de classes. Ambas são dimensões inerentes à construção, sobretudo, das disputas pelo território e jogam luz as reflexões que seguirão neste ensaio. Nesse sentido, e para aprofundar a compreensão da materialização do espaço através dos conflitos sociais, contribui significativamente os estudos de Fernandes (2008, p. 201, grifo nosso), como sua conclusão de que o *“sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”*.

Assim, a ação de segregar, resultante das relações sociais, oriunda dos confrontos entre intencionalidades são as consequências de conflitos. Segregar tem a origem da palavra remetida ao latim *segregare*, onde o “se” indica separação, e o “gregare”, reunir em grupo. Sua etimologia remete a separar ou isolar de um grupo maior, e seu significado no dicionário remetido ao substantivo feminino relacionado a uma ação de segregar, de separar ou de isolar. Ainda, numa leitura sociológica, seria o isolamento forçado de um grupo para o afastar do grupo principal ou de outros. Ao buscar seu significado, por vezes, está mais vinculado a discriminação, aparecendo como segregação racial¹. Pela ótica da geografia, podemos relacionar a segregação a um fluxo de separação e reformação de territórios. Ao realizar pesquisas de estudos sobre o tema da segregação no meio rural, os textos mais encontrados são voltados às questões etnoculturais. Muitos estudos remetem a segregação no meio urbano,

¹ Consulta disponível em <https://www.dicio.com.br/segregacao/>. Acesso em: 22 out. 2023.

contudo, raríssimos destes se referem ao conceito de segregação territorial, sobretudo no meio rural. Para averiguação dessas impressões, utilizou-se a metodologia da Revisão Bibliográfica Sistematizada (Perez, 2020) para confirmar essa afirmação. Também é inexistente na literatura estudos que discorrem sobre as relações entre as categorias cooperativismo e racismo, segundo a metodologia mencionada.

A segregação, refletida no meio urbano mas que pode nos ajudar a refletir também no meio rural é, para David Harvey (2004) e Henri Lefebvre (2024), um resultado direto da produção capitalista do espaço e não um acidente da urbanização. Harvey demonstra que o espaço é organizado para facilitar a acumulação de capital, onde a cidade se transforma em uma empresa que gera lucro, produzindo ativamente desigualdades. Esse processo se concretiza em mecanismos como a gentrificação e os megaeventos que, como observa Harvey (2004), "invariavelmente" promovem remoções para valorizar áreas estratégicas. Por sua vez, Lefebvre complementa que o espaço urbano é um produto político e social que esconde suas contradições, apresentando-se como natural quando, na verdade, é uma ferramenta de dominação que segrega classes ao servir a interesses econômicos.

A resistência a essa lógica está no "Direito à Cidade", conceito que Lefebvre inaugurou e Harvey radicalizou. Mais do que um acesso individual, trata-se de um direito coletivo de transformar ativamente a cidade e seu espaço, confrontando a segregação como uma injustiça espacial. Para ambos, a verdadeira mudança depende de recuperar o poder sobre a produção do espaço urbano, desafiando a ordem que prioriza o lucro sobre a vida urbana comum. Assim, a segregação é revelada não como uma fatalidade, mas como um processo político e econômico que pode e deve ser contestado.

Similarmente, assim também podemos afirmar que as ações da produção capitalista no campo, em busca do lucro, geram conflitos e desigualdades.

O conceito de segregação racial ganha substância e importância com o aprofundamento na categoria da sociologia: racismo estrutural. O racismo estrutural resulta de um processo social a partir do desenvolvimento histórico, político, econômico e jurídico, que também tem suas dimensões espaciais. Não pode ser explicado pelas ações imorais de discriminação ou pelas inequidades das instituições. Ele é regra e não exceção sob a ótica dos comportamentos individuais discriminatórios ou falhas das instituições. Mas, por ser estrutural não significa que é uma condição

incontornável, ou que os crimes de injúria racial não devam ser combatidos e as políticas institucionais antirracistas não devam ser realizadas (Almeida, 2019).

Portanto, o racismo estrutural na perspectiva do conhecimento geográfico compõe o espaço e território a partir das intencionalidades e conflitualidades das classes sociais e de seus segmentos. A conflitualidade contribui na explicação do processo de segregação racial e dos seus impactos sobre os territórios gerando desigualdades sociorregionais. Por isto, são distintos os desenvolvimentos rurais onde predominam a presença de camponeses brancos comparados a territórios com maior presença de camponeses negros.

Para Almeida (2019, p. 24, grifo nosso), “o racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias etc (...)”. Há uma segregação racial que diretamente reflete no espaço e territórios geográficos, em termos de acesso a posse/propriedade/tamanho das terras e nas políticas públicas (educação, renda, inserção no mercado, crédito e acesso a assistência técnica). Elas se evidenciam nas desigualdades sociorregionais apresentadas entre as regiões Centro-sul comparada a região Centro-norte (Nordeste, Norte do Brasil, e nordeste de Minas Gerais) do país. Essas desigualdades sociorregionais, que evidenciam uma nítida segregação racial no espaço e territórios geográficos, determinam condições de desvantagens cumulativas (Almeida, 2019) ou causas cumulativas (Girardi, 2022) que influenciam negativamente o desenvolvimento dos camponeses negros e, conseqüentemente, sua inserção no cooperativismo no campo. As desigualdades sociorregionais condicionam as determinantes necessárias (educação, renda, inserção no mercado, crédito, posse e tamanho das terras e acesso a assistência técnica) para o desenvolvimento do cooperativismo agrícola, como se verificará ao ser apresentado esse estudo.

Com atenção, evidenciam-se os aspectos da pluriescalaridade e multidimensionalidade contidas na reflexão sobre o racismo estrutural. O racismo influencia não apenas na dimensão moral, mas também econômica, cultural, social, ambiental e política. Desse modo, verifica-se influencia desde a escala do indivíduo, influenciando a família ou comunidade, até um território, quando analisamos os maiores reflexos das desigualdades sociorregionais nas regiões norte e nordeste do Brasil e nordeste de Minas Gerais, onde predomina a presença de camponeses negros.

Para Fernandes (2005) o território é a parte, ou melhor, uma especificidade de um espaço geográfico e social, que se dá a partir da manifestação da manutenção do poder de uma determinada relação social de um espaço apropriado. Ainda, infere o autor que *“o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades”* (Fernandes, 2005, p. 27, grifo nosso).

Sendo os espaços geográficos das regiões nordeste e norte do Brasil, e a parte nordeste de Minas Gerais onde está concentrada a maior parcela da população rural negra do país, cabe a pergunta sobre a presença negra no cooperativismo agrícola. A herança pós abolição da escravidão sem uma indenização aos trabalhadores negros, o processo de discriminação indireta (Almeida, 2019) ao longo dos últimos 135 anos, e o atual alijamento do acesso a políticas públicas estão diretamente relacionadas aos efeitos do racismo estrutural. Esses fatos podem ajudar a explicar o menor estabelecimento de cooperativas agrícolas nestes territórios e, em particular, a baixa participação negra na sua composição.

Sendo a segregação espacial e territorial tão nítida, com a questão racial seu pano de fundo, é de se estranhar que, no Brasil, não sejam investigados nos estudos acadêmicos a participação das populações negras no cooperativismo. A partir de tal lacuna, esse trabalho pretende estabelecer essa relação por vezes invisível ou negada nas pesquisas acadêmicas, relacionando como as desigualdades socio-regionais dessas regiões, onde existem a maior presença de camponeses negros, inferem nos processos cooperativistas agrícolas das mesmas.

Pretende-se no primeiro capítulo desenvolver de forma introdutória as categorias geográficas de espaço e território, bem como as categorias da cooperação agrícola e racismo estrutural. Para tanto, recorre-se a estudos da questão racial e do cooperativismo a partir do censo agropecuário de 2017, que jogam luz sobre essa realidade.

No segundo capítulo, objetivamos referenciar as bases filosóficas que estruturam o cooperativismo, o histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e a experiência do cooperativismo dentro do MST.

Por fim, apresentamos no terceiro capítulo estudos de caso de duas experiências de cooperação do MST em mesorregiões distintas do estado de Minas Gerais.

Espera-se que haja contribuições com a elaboração de questões pertinentes, ou ao menos perguntas relevantes que, sobretudo, possam ter implicações sobre os movimentos sócio territoriais do campo em relação à percepção das desigualdades sociorregionais e como elas afetam o cooperativismo agrícola.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO RACIAL: AS DESIGUALDADES SOCIORREGIONAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE O COOPERATIVISMO NO BRASIL

“As relações sociais que definiram o espaço brasileiro e seus territórios têm sido marcadas por uma realidade desenhada por conflitos pela posse da terra, identidade e controle desse vasto país” (Fernandes et. al., 2014).

As análises prévias a esse estudo evidenciaram que são inexistentes pesquisas que relacionem o racismo estrutural e cooperativismo, como já mencionado na introdução. Este capítulo apresenta o esforço de evidenciar a existência de dados científicos e reflexões teóricas que comprovam o inter-relacionamento dessas duas categorias a partir da questão agrária brasileira.

A questão agrária brasileira é profundamente marcada pela questão racial. A formação social dos territórios do país é atravessada pelas relações de produção capitalistas e seu modelo de desenvolvimento para o campo e pela formação étnica do povo brasileiro, concomitantemente, uma interferindo de forma determinante na outra.

Segundo a tese de Almeida (2019), o estudo do racismo não deve ser desvinculado de uma análise sobre esses quatro elementos: a ideologia, a política, o direito e a economia. E o mesmo autor infere que *“para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença, diante da igualdade racial sob o mando da democracia”* (Almeida, 2019, p. 263, grifo nosso).

Neste primeiro capítulo pretendemos dialogar com intelectuais e pesquisadores que estudaram a questão agrária, a questão racial, trazendo dados de como ambas questões se apresentam em nosso país.

Apresentamos aqui algumas categorias da geografia crítica fundamentais para compreensão do campo brasileiro. Fundamentalmente, buscamos jogar luz à indissociabilidade existente entre questão agrária e questão racial; e, em como o desenvolvimento do campo brasileiro, marcado por essa relação indissociável, projetou desigualdades sociorregionais que interferem no desenvolvimento social das regiões e, consequentemente, no cooperativismo agrícola existente nas mesmas.

2.1 A questão agrária e as desigualdades sociorregionais

Pode-se dizer que existe uma tradição no debate da questão agrária brasileira dentro do MST que divide este tema em cinco períodos (Stedile, 2008). O primeiro se refere ao período anterior ao ano de 1500, quando os povos originários organizaram o uso, a posse das terras e a propriedade comunal. O segundo período vai de 1500 até 1850, no qual a marca foi a consolidação do modelo de desenvolvimento das “*plantations*”, cujo uso das terras era a partir da força de trabalho dos negros africanos escravizados e a posse das terras era de responsabilidade dos fidalgos portugueses que controlavam as capitanias hereditárias e sesmarias, e a propriedade era um monopólio da coroa portuguesa.

O terceiro período vai dos anos de 1850 até 1930 no qual a marca foi a promulgação da Lei de Terras que iniciou a legitimação da propriedade privada no território, e o uso das terras passa a ser com trabalhadores assalariados e camponeses, com a relevância das políticas estatais de incentivo a imigração europeia, a posse e a propriedade passam a ser determinadas por quem tem o título de propriedade da terra. O quarto período remete de 1930 a 1980, cuja marca foi o processo de industrialização tardio brasileiro e, posteriormente, a revolução verde, que impactaram diretamente o campo transformando o uso, a posse e propriedade privada (Stedile, 2008). O quinto período se refere ao atual de hegemonia do modelo do agronegócio.

Para Mafort (2021), este poder do capital no campo é expresso através do modelo agro minerador, com as exportações de commodities agrícolas e minerais, a financeirização conduzida pelas bolsas de valores, reconcentração das terras, estrangeirização das terras, proletarianização dos camponeses e expropriação dos recursos naturais.

Em contrapartida, esta hegemonia encontra um projeto de resistência de camponeses e populações tradicionais, em um contexto de violência e perseguição de lideranças, além de esgotamento de políticas públicas, como a da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas e quilombolas. A grilagem de terras, garimpo ilegal e associação aos crimes e violências aos direitos humanos impetrados por empresas tem uma convivência com o Estado.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) entende que a área de conhecimento da questão agrária e uma política de reforma agrária têm naturezas distintas, podem caminhar separadamente, porém em certa altura deveriam se unificar

em um único objetivo. Em determinado período histórico, sujeitos políticos podem apresentar uma questão agrária que culminará num projeto de reforma agrária, mas não dispondo de correlação de forças favoráveis para executar esse projeto de reforma agrária, prevalecerá a estrutura agrária anterior não reformada (Delgado, 2014).

O que se observa por parte do Estado brasileiro, já a partir da ditadura de 1964, é a existência de um plano de metas, enfatizando processos de colonização - especialmente do centro-oeste e norte, sem um debate estratégico de desenvolvimento global no campo, que estimulou uma modernização conservadora da agricultura sem reforma agrária.

O primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária foi lançado no período da ditadura militar brasileira no ano de 1966. Nos governos Sarney e Lula, respectivamente em 1985 e 2019, foram lançados Planos Nacionais de Reforma Agrária que tinham apenas perspectivas de distribuição de terras, sem fomentar um debate amplo do desenvolvimento socioeconômico do país. No caso da reforma agrária, sem mudança do regime de propriedade mercantil, não se muda a estrutura fundiária. Ao contrário, conduz-se o Programa de Assentamentos, ou para a mercadorização ou para a desativação (Delgado, 2003).

A não realização efetiva de uma reforma agrária no Brasil foi responsável pelas discrepâncias sociais entre as regiões, como veremos a seguir.

2.2 O debate sobre o desenvolvimento no campo e as consequentes desigualdades sociorregionais

Tornou-se corriqueiro o uso da categoria desenvolvimento territorial por várias áreas do conhecimento. Um exemplo foi o Programa Territórios da Cidadania, decretado em 2008 pelo governo Lula, que foi implementado por órgãos do governo federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

Contudo, o viés neoliberal reduziu este debate a partir da leitura de um território uno. Essa leitura reduz o território apenas às legislações e políticas limitadas pelas fronteiras de um município, estado ou país. Não foram consideradas as intencionalidades e conflitualidades na busca por poder exercida pela sociedade.

Uma leitura da geografia crítica tem uma concepção de território a partir dos princípios da multiescalaridade e multidimensionalidade. A falta de poder sobre seus territórios exercido pelas organizações camponesas, em disputas pelo modelo de desenvolvimento territorial proposto pelo agronegócio, reduziu sua capacidade de influenciar nas políticas públicas para o campo (Fernandes, 2008).

A geografia estuda a indissociabilidade de sistemas de objetos e ações humanas que formam o espaço (Santos, 2006). A partir do conhecimento geográfico, com recorte nas categorias espaço e território, afirma-se que também são indissociáveis as categorias classe e território (Fernandes, 2009). Isso se dá do mesmo modo que os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, assim como o desenvolvimento territorial e a reforma agrária. Dessa maneira: “A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades” (Fernandes, 2007, p. 276).

O processo de formação socioeconômica cultural brasileiro tem como pano de fundo a luta de classes, gerando intencionalidades e conflitualidades até os dias atuais. No caso deste estudo, busca-se evidenciar o recorte da raça e suas implicações sobre o desenvolvimento territorial. Assim, também podemos afirmar que a questão agrária é indissociável da questão racial no Brasil (Girardi, 2022).

Para apreciar a concretização dessa indissociabilidade e, assim, o exercício sobre a segregação espacial e/ou territorial decorrentes desta, partimos da afirmação de Santos (2006, p. 86):

Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades.

Milton Santos caminha grande parte do seu legado no leito marxiano. Contudo, esta afirmação discorda do entendimento que, no auge do desenvolvimento das forças produtivas, em um determinado período histórico, em um modo de produção predominante, as relações sociais de produção vigentes são influenciadas diretamente gerando as contradições para sua crise e superação a partir da luta de classes (Marx, 1983). Ou seja, é no seio do desenvolvimento ou superação de um modo de produção que ocorrem as transformações do espaço e do território. A

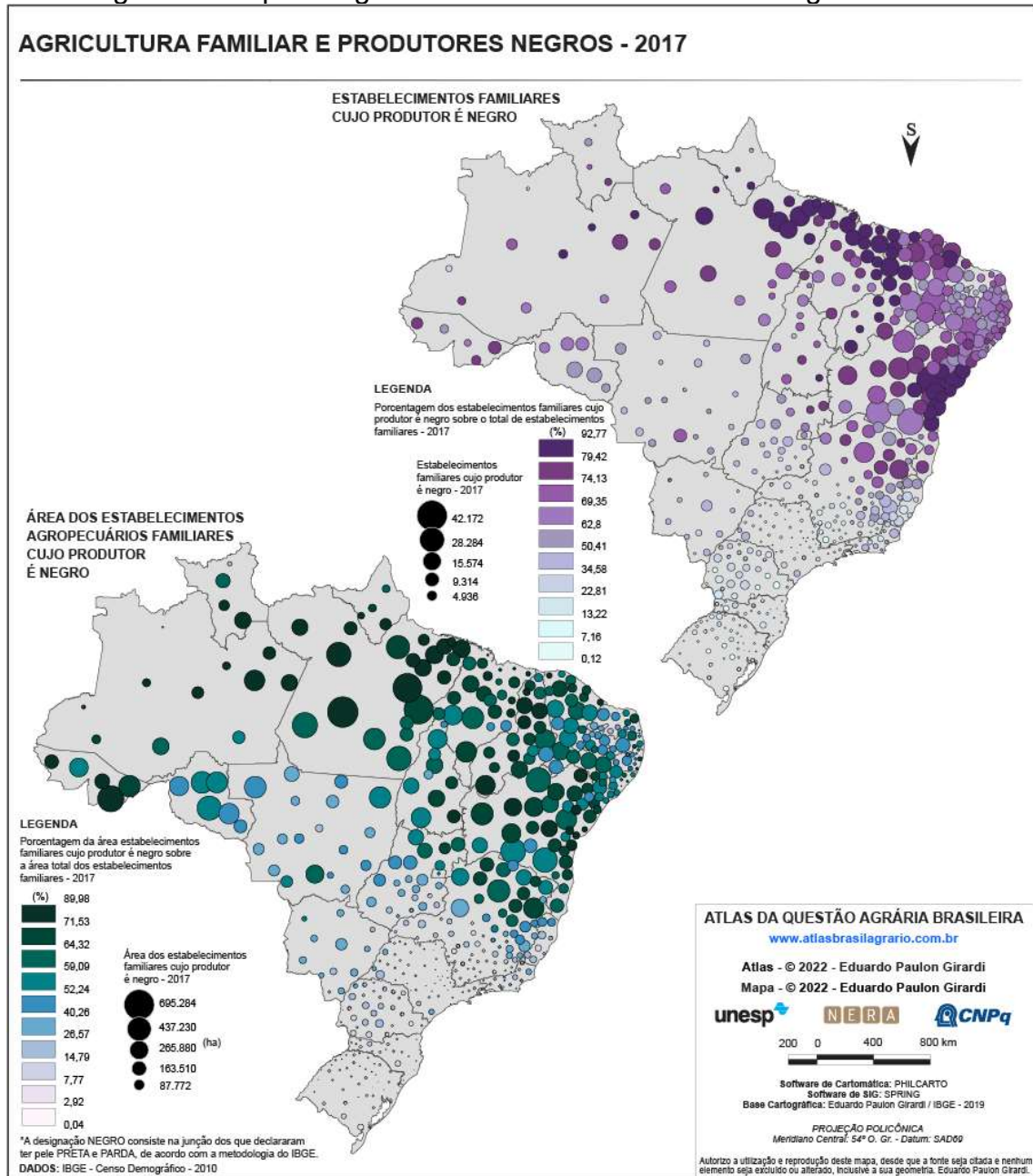
explicação desta discordância é a ênfase reivindicada por um dos maiores geógrafos contemporâneos da importância ao uso da categoria espaço.

Para essa análise, o que mais importa é a posição do Estado brasileiro de desassociar os dilemas da questão agrária como a concentração das terras e das estratégias de desenvolvimento territorial. Foram as políticas neoliberais, dos bancos e agências internacionais de desenvolvimento, que ditaram o desenvolvimento territorial no sul global. Destaque aos receituários econômicos construídos, pós Consenso de Washington, pelo Banco Mundial, FMI, BID, USAID e dos principais *think tanks* estadunidenses (Pereira, 2010).

Não foi foco deste estudo o tema da descolonização, contudo, Welch (2023) chama atenção que desde 1822 tem sido um movimento constante, porém, vigora a permanência da colonização através de novas formas de dependência. A conquista pela demarcação de uma área de quilombo contrasta com a dependência desta comunidade por projetos de geração de renda financiados por agências internacionais de desenvolvimento. Esta descolonização inconclusa, ou mesmo uma neocolonização, influencia diretamente as consequências da armadilha dentro das questões agrária e racial.

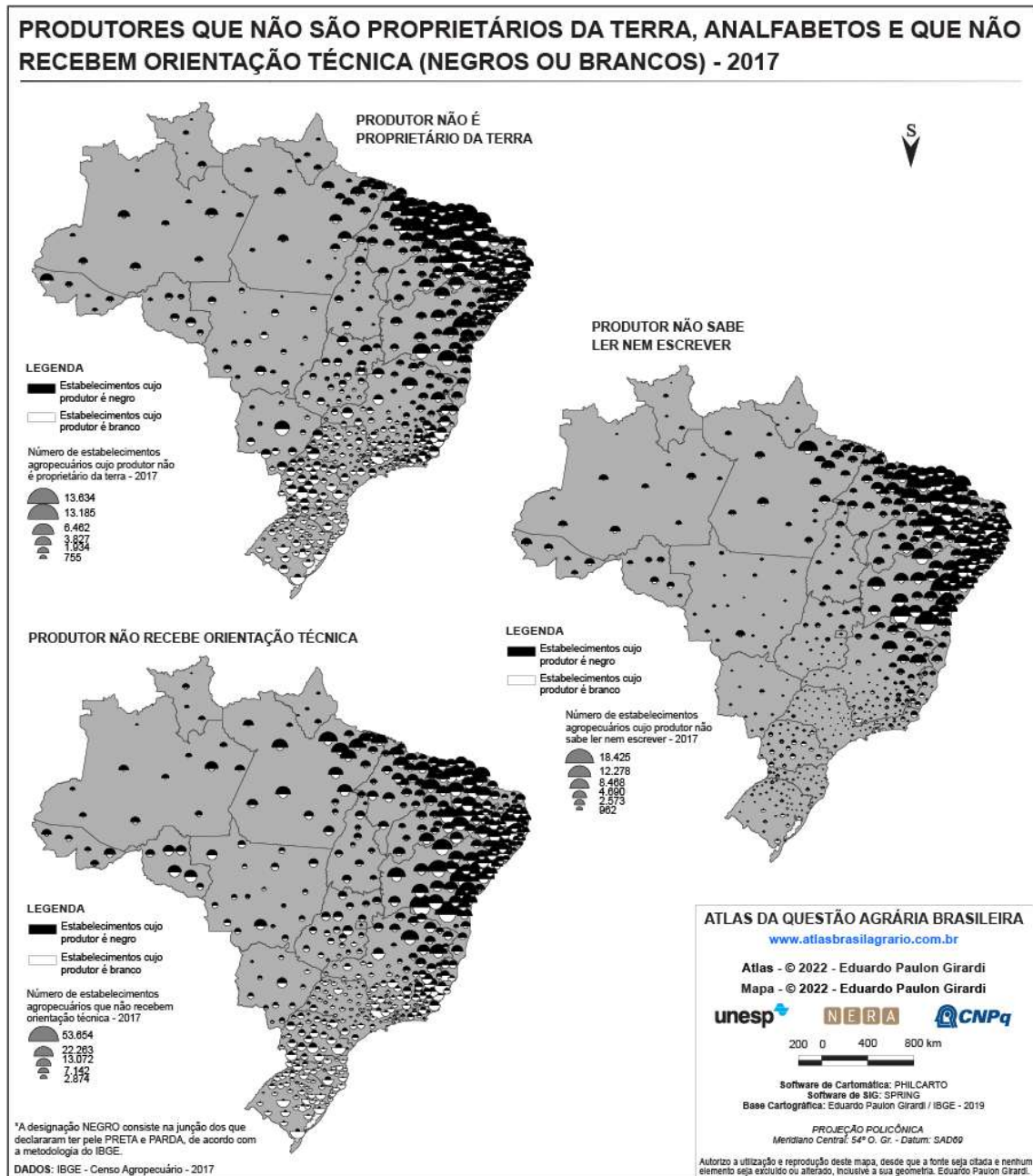
Ao longo dos tempos, o que se constatou foram as políticas estatais brasileiras de criar uma nítida segregação territorial, sobretudo entre o centro-sul e o centro-norte do país que, geograficamente, são melhor delimitadas sendo as regiões Norte e Nordeste do Brasil, e o nordeste de Minas Gerais, exemplificadas pelos Mapas 1 e 2, extraídas de Girardi (2022).

Figura 1 - Mapa 1: Agricultura Familiar e Produtores Negros - 2017



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira (2008).

Figura 2 - Mapa 2: Produtores que não são proprietários de terras, analfabetos, e que não receberam assistência técnica (negros e brancos) - 2017



Fonte: Atlas da questão agrária brasileira (2008).

Adiante, traremos dados sobre o cooperativismo no campo, bem como as informações contidas nos mapas 1 e 2 sobrepostas com os dados sobre a distribuição das cooperativas no Brasil, confirmando as importantes relações entre esses temas. Essas desigualdades sociorregionais retratadas (orientação técnica, alfabetização, crédito, renda, posse da terra e tamanho das terras) seguirão sendo enfatizadas, principalmente, quando observarmos esses aspectos a partir da análise sobre as questões raciais e no cooperativismo no campo.

2.3 A segregação territorial e os impactos sobre o cooperativismo e a questão racial

Para aprofundar nos reflexos desta formação socioeconômica, é primordial se aprofundar nos dados mais recentes fornecidos pelos institutos de pesquisa, uma vez que “[...] *a composição da população e a forma como ela está distribuída regionalmente é uma das estruturas básicas para os estudos da Geografia*” (Girardi, 2022, p. 63, grifo nosso).

Entende-se que os movimentos camponeses, como movimentos socioterritoriais que articulam estratégias de resistência e conquistas, criam e recriam relações sociais. As relações criam e recriam espaços. Isto é, os movimentos camponeses se espacializam e se territorializam, quando possível, na forma de acampamentos e assentamentos. Esta criação sempre se dá de forma contraditória e conflitiva. Quase sempre são frutos da desterritorialização ou reterritorialização, e geram espaços políticos e econômicos (Fernandes, 2005).

Nesse sentido, um movimento socioespacial pode reivindicar ser também um movimento socioterritorial, pois busca se espacializar a partir da disputa de poder em torno dos territórios. Neste caso, um movimento negro ou a construção do cooperativismo se enquadram como movimentos socioterritoriais.

Ainda, Fernandes (2005, p. 31) confirma a reflexão:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Assim, adentra-se a seguir na concepção de movimento cooperativista desenvolvida nesta pesquisa. Esta concepção está alinhada aos debates do paradigma da questão agrária que se difere das concepções e debates do paradigma do capitalismo agrário (Fernandes, 2008). A segunda concepção sobre o cooperativismo é defendida pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Para entendermos melhor o paradigma do capitalismo agrário, é necessário compreender o papel que o individualismo cumpre nessa sociedade, nos tempos atuais.

O individualismo e, podemos trazer aqui a concepção contemporânea do empreendedorismo, é o suco do ideário neoliberal que comunga com o paradigma do capitalismo agrário. Nunca houve na história da humanidade tanta socialização da divisão entre os trabalhadores do mundo. Para construir um carro existem mercadorias criadas a partir do trabalho e de matérias primas oriundas de vários territórios do mundo. Porém, ao mesmo tempo, nunca houve tamanha concentração de riqueza, provindas do trabalho, nas mãos de uma minoria da população global. Mesmo assim, a busca pela libertação das amarras dos patrões leva, sobretudo no campo, a escolha por trabalho individualizado e, conseqüentemente, a uma baixa escala e pouca auto gestão dos processos produtivos (Christoffoli, 2021).

Sobre concepções, a esse debate devemos somar, pois se inter relacionam, as categorias referentes à questão racial. Sobre a relação luta de classes e raça, para Fernandes (2017, p. 85, grifo nosso) *“todos os trabalhadores são os mesmos diante do capital, porém existem diferenciais e imperativos que se tornam fatores revolucionários”*. E, no Brasil, decorrente de sua formação socioeconômica, classe e raça se interpenetram como elemento explosivo.

Ainda, Moura (2014, p. 15, grifo nosso) lembra que “a luta dos negros desde a escravidão constitui-se como uma manifestação da luta de classes, de tal sorte que a lógica do racismo é inseparável da lógica da constituição da sociedade de classes no Brasil”. Aqui também queremos afirmar a indissociabilidade do debate de classe e raça no Brasil. Sobre essa indissociabilidade entre classe e raça em um país que passou por um processo de colonização como o Brasil, Fernandes (2017, p. 86) explica:

Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado [...].

O racismo não é apenas uma forma de violência direta, uma ofensa a um indivíduo negro, indígena, cigano ou outros. Não é apenas o impedimento da entrada em certos ambientes ou pagamento de baixos salários. Não pode ser explicado apenas pela avaliação do mau caráter e má índole de quem o pratica. Não pode ser

explicado apenas pelos atos e ações de sujeitos ditos racistas. Não é conjuntural, é estrutural (Almeida, 2019).

Quando tratamos de estrutura, estamos falando da forma como as diferentes partes de um todo estão dispostas, organizadas ou construídas. Ou seja, estamos falando de alicerce, do que dá base ou suporte. O racismo é estrutural pois não é uma anormalidade, ao contrário, refere-se à normalização das relações sociais, porque há dimensões econômicas, políticas e subjetivas. O racismo estrutural é uma forma de racionalizar a compreensão das relações sociais.

Ele constitui-se através de ações conscientes e inconscientes. Ele é estrutural e estruturante das relações sociais e constituinte dos sujeitos. Estabelece a branquitude como regra e a negritude como exceção. Para Almeida (2019), o racismo estrutural acaba sendo a principal forma de exploração econômica numa sociedade como a brasileira.

Em nossa formação socio econômica, as **causas cumulativas** contribuem nessa reflexão sobre a cristalização do racismo estrutural, e a discriminação indireta resultante desse processo. Sobre as causas cumulativas, Girardi (2022, p. 40) infere:

[...] Ocorreu que os negros foram descartados e a discriminação indireta da Lei de Terras de 1850 e a Lei Áurea foram os mais importantes instrumentos que deram início às causas cumulativas que originaram a segregação e a desigualdade racial do Brasil atual. Contudo, quando tomamos como referência o racismo estrutural, apenas esses dois pontos de partida históricos não explicam a situação atual. Na perspectiva do racismo estrutural, desde então diversos mecanismos racistas deram continuidade às ações e omissões para que a situação de inferioridade socioeconômica do negro fosse mantida até hoje.

Consideraria a Lei de Terras e a Lei Áurea como discriminações diretas, se observamos seus profundos resultados na sociedade brasileira. A **discriminação indireta** é entendida como uma ação não intencional. Ocorre porque não prevê de forma sistemática as consequências de uma norma ou prática imposta. Contudo, isso leva a uma estratificação social, um fenômeno intergeracional, onde são afetadas as condições de ascensão social, reconhecimento e reprodução material da vida de um grupo social, no caso, os negros (Almeida, 2019). Somaria a essa explicação a própria segregação racial que, na provocação realizada por esse estudo, gera uma segregação espacial e territorial.

Uma das formas de manifestação do racismo estrutural é sua face institucional (Almeida, 2019). O Estado brasileiro, ao legislar, promulgando a Lei de Terras de 1850, a Abolição da Escravidão em 1888, e a política de imigração dos europeus em substituição dos trabalhadores negros escravizados - que “claramente” é reconhecida como uma política de branqueamento - três ações de cunho institucional na transição do trabalho negro para o trabalho livre no Brasil, que decretou a opção por não indenizar os negros escravizados por séculos de cativeiro. Essas legislações marcaram a segregação racial existente em nosso país, seja no campo ou nas cidades (Girardi, 2022).

Em seu livro sobre o significado do protesto negro, Fernandes (2017) fala de uma abolição inconclusa do trabalho de escravizados negros no Brasil. Uma síntese fundamental para compreender a situação dos negros e negras em nosso país nos dias atuais. Esse contexto de segregação espacial foi configurado historicamente e trata-se de uma construção social, não de um fenômeno espontâneo, ou seja, atrelado a características do meio natural (Girardi, 2022, p. 32).

Para exemplificar o papel do Estado na institucionalização de segregações espaciais e/ou territoriais, Gregolin e Souza (2021) mencionam o papel do Governo Getúlio Vargas que, ao tutelar o cooperativismo no Brasil, passou de 178 cooperativas fundadas entre 1922 a 1931, a 1.172 entre 1932 e 1937, chegando ao final de 1941 a 2.152 cooperativas agrícolas criadas. Contudo, observa-se que estas cooperativas foram fundadas predominantemente no eixo sul e sudeste do Brasil.

Em contrapartida, existem menos cooperativas agrícolas criadas em territórios onde predominam mais camponeses negros, conforme as intencionalidades do Estado Brasileiro, ao longo dos tempos, em fomentar o dinamismo econômico de algumas regiões, sendo que a criação de cooperativas está diretamente vinculada a este dinamismo.

As evidências dessa realidade podem ser comprovadas a partir dos dados dos censos agropecuários, bem como na documentação histórica de como foi o mapa da criação das cooperativas ao longo de nossa história e a sua localização no território brasileiro.

Corroboram com essas análises sobre as discrepâncias sociorregionais em relação ao cooperativismo o estudo de Vedana *et. al.* (2022) que afirma que os fatores históricos e culturais se somam aos estímulos estatais para a diferenciação do movimento cooperativista entre as regiões brasileiras. Diferentes do sul e sudeste do

país, no norte e nordeste (e adicionamos o nordeste de Minas Gerais por sua similaridade), além da falta de tradição cooperativista, o acesso limitado aos recursos e equipamentos, além da ausência de políticas públicas efetivas de desenvolvimento regional, dificultam tanto a criação de cooperativas quanto o fortalecimento das existentes. Desta forma, existem menos cooperativas agrícolas criadas em territórios onde predominam mais camponeses negros, como veremos a seguir.

2.4 Os dados do Censo Agropecuário de 2017 e os números sobre a questão racial e o cooperativismo

A seguir, apresentar-se-á números do último Censo Agropecuário de 2017 que caracterizam o “estado da arte” da confrontação da questão racial e do cooperativismo no campo brasileiro, e que comprovam a segregação espacial e/ou territorial de “dois Brasis”. Como já mencionado anteriormente, um Brasil das regiões Centro-Sul e um Brasil da região Centro-Norte (Nordeste, Norte e o Nordeste de Minas Gerais), onde predominam mais camponeses negros (Girardi, 2022).

Silva e Nunes (2023) ressaltam as chagas históricas da nossa formação socioeconômica que resultaram nas heranças estruturais de concentração da terra e da limitação do acesso a outros ativos necessários à produção como conhecimentos, tecnologias, financiamento, infraestrutura produtiva e logística. As ausências dessas condições influenciam diretamente nas precárias condições de vida das famílias mais pobres no meio rural, incidindo também na constituição e associação em cooperativas agrícolas. Os autores discorrem sobre esta constatação a partir dos resultados dos dados do Censo Agropecuário de 2017:

Em comparação com outras formas organizativas no meio rural brasileiro, como os sindicatos e as associações, as cooperativas ainda não conseguem a adesão e a agregação de uma parcela significativa de agricultores familiares, considerando que apenas 11,4% do total de produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil se encontravam associados em cooperativas no ano de 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019) (Silva; Nunes, 2023, p. 3).

Aqui, enfatiza-se a baixa associação à cooperativas pelos agricultores familiares, diminuindo seu papel e conteúdo não capitalista, mesmo atuando dentro do sistema capitalista, pois agem em detrimento das relações capitalistas. É evidente que a partir das diferentes concepções de cooperativismo e do paradigma do

capitalismo agrário, esta ação busca uma integração maior à lógica do Capital, diferente das construções a partir do paradigma da questão agrária, que buscam uma autonomia relativa a esta integração.

O Censo Agropecuário de 2017 indica que 15,6% da população brasileira é rural, o que representa 29,8 milhões de habitantes. Desta população rural, a partir de um recorte de raça, a população negra da zona rural do Brasil é de 18,2 milhões de habitantes (61%) e os brancos são 10,8 milhões (36,3%) (Girardi, 2022). Esses dados colocam peso sobre a hipótese das consequências do racismo estrutural sobre o desenvolvimento no campo brasileiro, já que o percentual de camponeses negros é maior que o próprio percentual de negros na composição da população brasileira que, segundo os dados do censo do IBGE, chega a 55,5% (cerca de 112,7 milhões de pessoas) (IBGE, 2022).

Ainda referente a população rural brasileira, destaca-se a região nordeste que tem a sua população rural de 14.260.692 habitantes, e uma população rural negra de 10.492.214 habitantes. A população rural do Nordeste é quase igual ao somatório da população rural das outras quatro regiões do Brasil (15.569.303 habitantes); e a população rural negra do Nordeste é maior do que a população rural negra das outras quatro regiões somadas conjuntamente (7.713.687 habitantes) (Girardi, 2022).

No Nordeste, a porcentagem de negros na população rural é de 73,6%. Na região Norte é de 75,8%, o que representa um total de 3.183.420 habitantes, constituindo, em porcentagem, a maior região em número de negros na população rural. Na região do Centro-Oeste, a população rural negra é de 57,2%, que representa 900.659 habitantes. Na região do Sudeste, os negros são 50% da população rural, que representa 2.835.994 habitantes. E na região Sul, a população negra é de 19,2% que representa 793.614 habitantes (Girardi, 2022).

Destaca-se que, ao observar a população negra na região Sudeste (50%), e onde se concentra essa população, é metade no nordeste de Minas Gerais, e em proporção um pouco menor também no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Estas informações são importantes e se agregam à interpretação da questão agrária no país. São frutos do desenvolvimento capitalista no campo marcado pela questão racial que gerou segregações perceptíveis no território nacional e uma formação sócio econômica desigual.

Constitui-se assim um Nordeste e Norte do Brasil, incluindo o nordeste de Minas Gerais, de maioria de camponeses negros. Esta relação não é ao acaso, partiu

de uma ideia de nação e possui consequências atuais no debate do desenvolvimento para o campo.

Na base de dados do Censo Agropecuário de 2017 encontram-se cadastrados 1.090 estabelecimentos agropecuários registrados com a condição legal de cooperativas e, em 579.438 estabelecimentos agropecuários, os produtores responsáveis estão associados a cooperativas (Silva e Nunes, 2023). Nesse contexto, é relevante destacar que os estabelecimentos agropecuários cooperados nas regiões sul e sudeste somam 82,7% (Silva e Nunes, 2023). No Nordeste, apenas 1,3% do total de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar estão associados a cooperativas. Ainda, os autores discorrem:

Apesar da compreensão corrente de que o cooperativismo teve maior expansão no centro sul do país, em decorrência dos processos de colonização com a participação de imigrantes italianos e alemães que já conheciam e difundiam o cooperativismo, é preciso considerar, nessa e nas demais regiões, as particularidades dos processos de formação do espaço geográfico e a ocorrência de barreiras sociais, econômicas, políticas e culturais que restringiram a adesão e a participação de agricultores familiares nessas organizações (Silva e Nunes, 2023, p. 9).

A discrepância do número de cooperativas nas regiões sul e sudeste (82,7%), comparadas por exemplo a região nordeste (1,3%), considerando a grande predominância de camponeses negros nesta região do país, confirmam que esta forma organizativa é particular aos camponeses brancos, em detrimento aos camponeses negros. Contudo, a percepção até aqui indica que essa realidade não se dá por uma escolha dos camponeses negros de não se associar a uma cooperativa, mas sim pelas barreiras sociais, econômicas, políticas e culturais em algumas regiões do país que estão articuladas ao racismo estrutural e suas consequências na formação socio territorial do país.

Essas barreiras podem ser mensuradas através dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)² das cinco regiões brasileiras. Os melhores índices estão na região Sul, Sudeste (excluindo o Nordeste de Minas Gerais) e no Centro-oeste brasileiro. Os piores IDH estão na região Norte, Nordeste e metade Nordeste de Minas Gerais. Sendo assim, infere-se que nas regiões onde predomina a maior

² É um importante indicador da qualidade de vida e o seu mapeamento revela as desigualdades regionais e socioeconômicas no país.

parte da população negra estão os piores IDH (Girardi, 2022). O Pnud (2010) desagregou o IDH dos estados e do Distrito Federal por cor/raça, e o resultado é que a média do IDH dos negros é de 0,678 e dos brancos é de 0,752 (Girardi, 2022).

Tais dados, no mínimo, devem colocar em questão a relação entre as desigualdades sociorregionais e a questão racial. Mas, mais do que isso, pretendemos chamar a atenção para como elas estão articuladas à segregação territorial e incidem no processo de cooperativismo agrícola. Vamos seguir aprofundando os dados sobre as desigualdades sociorregionais.

O IDH é composto por três dimensões: educação, renda e longevidade. A dimensão IDH-Educação tem os menores valores, com muitos municípios brasileiros apresentando índices baixos ou muito baixos. Norte e Nordeste têm os piores índices (Girardi, 2022).

Sobre a educação, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que mais de dois terços (67,6%) dos produtores nos estabelecimentos da agricultura familiar têm até o ensino fundamental I. A variável escolaridade influencia diretamente a associação a cooperativas. Dentro dos estabelecimentos da agricultura familiar inserida em processos cooperados, é pequena a participação dos não alfabetizados (Silva e Nunes, 2023). E são justamente os camponeses negros que apresentam os maiores índices de analfabetismo e menor letramento no campo. O IDH-Renda tem municípios com índices baixos ou muito baixos, quase exclusivamente no Norte e Nordeste e a exceção está na metade Nordeste de Minas Gerais (Girardi, 2022).

Ainda sobre a relação renda e cooperativas, apresenta-se:

Na faixa intermediária de renda bruta anual familiar, correspondente ao Grupo V do Pronaf³, encontra-se 29,2% do total do segmento da agricultura familiar, sendo que mais de um quarto é associado à cooperativa (25,9%). Essa situação é ainda mais favorável na faixa mais alta de renda no segmento da agricultura familiar no Brasil, classificada na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) como Não-Pronafianos, representam apenas 0,7% do total (25,7 mil estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar), mas com 51,9% dos mesmos associados em cooperativas. Importante registrar que nesses dois últimos grupos, os maiores

³ Família com renda bruta anual familiar de até R\$ 500 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

percentuais estão nas regiões Sul e Sudeste e os menores na região Nordeste (Silva e Nunes, 2023, p. 11).

O IDH-Longevidade não indica municípios na zona de baixo IDH, porém, novamente, os piores índices estão no norte, nordeste e metade nordeste de Minas Gerais (Girardi, 2022). Para o conhecimento geográfico, que se sustenta na reflexão multidimensional, essas variáveis da educação, renda e longevidade, entre outras dimensões, corroboram para os paradigmas de desenvolvimento territorial rural.

As desigualdades sociorregionais presentes no Nordeste, Norte e Nordeste de Minas Gerais, que possuem majoritariamente uma população rural negra, explicam entraves estruturantes para o desenvolvimento do cooperativismo. Novamente, os dados demonstram a segregação do país em dois “Brasis”, onde um destes “Brasis” é majoritariamente negro, assim afirma Girardi:

A estrutura elementar das desigualdades sociorregionais divide o país em duas grandes regiões. A primeira metade compreende o Sul e o Sudeste. [...] A outra metade, a do Brasil mais pobre e com piores condições de vida, compreende a metade Nordeste de Minas Gerais, o Nordeste e o Norte (exceto as áreas do Pará, do Tocantins, e de Rondônia que já relacionamos com a outra metade com as melhores condições de vida) (...). (Girardi, 2022, p. 77).

Os negros também estão em desvantagem em relação aos brancos no que se refere ao domínio da terra, especialmente na proporção das terras, ou seja, na área dos estabelecimentos (Girardi, 2022). No fator acesso à terra, Girardi (2022, p. 86) apresenta:

Quando analisamos os dados do número de estabelecimentos agropecuários, os brancos detêm 45,7% (2.281.129 estabelecimentos) e os negros, por serem maioria no campo (61% da população rural), detêm o maior número de estabelecimentos agropecuários (52,3% - 2.613.008 estabelecimentos). Contudo, essa maioria de estabelecimentos dos negros não indica necessariamente vantagens por duas razões: primeiro, porque a porcentagem de estabelecimentos dos negros (52,3%) é inferior à porcentagem de negros na população rural (61%), com a diferença de -8,7 pontos percentuais, o que evidencia a discriminação dos negros em relação ao domínio da terra, [...].

Segundo Silva e Nunes (2023), 57,6% do total de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar cooperados possuem áreas que variam de mais de 10 até 50 hectares. Os estabelecimentos da agricultura familiar com até 10 hectares correspondem a 52,6% do total daqueles estabelecimentos, mas

representam apenas 28,7% dos que são associados a cooperativas. Ou seja, estabelece-se a associação em cooperativas quem possui estabelecimentos maiores a 10 hectares.

Problemas com analfabetismo, situações de relação jurídicas precárias com a terra, ausência de terra para a produção, ausência de crédito e a inexistência de orientação técnica influenciam a eficiência das atividades agropecuárias, criando danos e maiores dificuldades aos camponeses. Estes são fatores que, comparando as realidades desiguais entre os camponeses brancos e negros, é possível notar que os negros têm mais limites para produzir e permanecer no campo, influenciando na qualidade de vida de suas famílias e perpetuando o ciclo de desvantagens cumulativas (Girardi, 2022).

Acrescentamos a essa reflexão acerca dos impactos das desigualdades sociorregionais na vida dos camponeses negros a baixa criação de cooperativas agrícolas nas regiões onde a maior parte da população do campo é negra. Isto, pois, como bem foi destacado acima, a eficiência das atividades agropecuárias - criação de cooperativas agrícolas faz parte disso - são diretamente afetadas pelo conjunto de desigualdades sociais a que essas populações estão submetidas.

O esforço até aqui foi de destacar que essas condições não foram criadas ao acaso, fazem parte de um projeto de desenvolvimento do país, das elites brasileiras, do Estado brasileiro profundamente marcado pelo racismo estrutural. Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o acesso à orientação técnica, apenas 18,2% estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar têm acesso a esse serviço (Silva e Nunes, 2023). Revelam estes autores:

No caso dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, o Pronaf B, é dramática a situação, com menos de 10% do total recebendo orientação técnica, exatamente os que mais precisariam desses serviços. Porém, essa situação muda significativamente no caso dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (no total e para o grupo do Pronaf B) que são cooperados, triplicando o percentual de acesso a ATER. Essa elevação dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar cooperados que recebem orientação técnica é verificada em todas as regiões brasileiras, porém, a situação mais favorável é na Região Sul, seguida do Sudeste, enquanto que as situações menos favoráveis estão nas regiões Nordeste e Norte (Silva e Nunes, 2023, p. 18).

Considerando a proporção da composição total da população rural, os negros possuem menos estabelecimentos rurais e menos terras do que se esperaria (em

função de sua participação populacional) em todas as cinco regiões brasileiras. É também relevante que o número e área dos estabelecimentos rurais de brancos são muito superiores aos dos negros nas regiões atualmente mais dinâmicas economicamente do país (Sul, Sudeste e Centro-oeste), estas com maiores valores, mais infraestruturas, ou seja, com cadeias produtivas mais organizadas e inseridas ao mercado (Girardi, 2022).

Apesar desse dinamismo localizado, a questão da posse, uso e propriedade da terra permanece como um fator determinante para o aumento da conflitualidade no meio rural. Atualmente, a concentração das ocupações de terras no Brasil está no nordeste brasileiro (DATA LUTA, 2024). Sendo assim, inevitavelmente, a maioria dos camponeses em conflito por território, sendo nordestinos, são majoritariamente os negros.

No que se refere a presença ou não de estabelecimentos rurais de camponeses negros em regiões mais dinâmicas economicamente, onde este quesito está muito vinculado ao objetivo da produção para a comercialização, em oposição apenas para o autoconsumo. As regiões Sul e Sudeste do Brasil apresentam os maiores percentuais de estabelecimentos da agricultura familiar cuja finalidade principal da produção é a comercialização (80,7% e 76,2%); e a região Nordeste tem o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com objetivo do auto sustento familiar ou de próximos (62,5%). Contudo, quando se é cooperado no Nordeste, 59,2% tem por objetivo final a comercialização da produção (Silva e Nunes, 2023).

Tais dados aqui explicitados podem indicar a seguinte reflexão: a associação a cooperativas é feita mais frequentemente por agricultores que visam acessar mercados com sua produção. Se isso é correto, uma das explicações alternativas ao baixo número de participação em cooperativas no Nordeste é que a maioria dos estabelecimentos são voltados ao auto sustento das famílias, não gerando excedentes comercializáveis, e que isso pode ter um efeito negativo para a participação em cooperativas. Ou que se gerados excedentes produzidos, são ineficientes as políticas para comercialização destes mesmos produtos.

Os camponeses nordestinos têm uma autonomia relativa maior ao mercado comparado aos camponeses sudestinos e sulistas, por se localizarem, os dois últimos, em regiões com um dinamismo econômico maior na perspectiva do desenvolvimento das *commodities*, ou seja, no Paradigma do Capitalismo Agrário.

Parece-nos oportuno abrir um breve parênteses para a reflexão sobre territórios com maior dinamismo econômico *versus* as estratégias de resiliência de camponeses a uma marginalização, indicada acima como autonomia relativa. Por isso, introduzimos sinteticamente o conceito de autonomia camponesa desenvolvida pelo estudioso em sociologia rural Jan Douwe van der Ploeg.

Sua teoria sobre a autonomia centra-se na capacidade dos agricultores de construir seus próprios espaços de manobra frente às lógicas dominantes do agronegócio e aos regimes socioeconômicos neoliberais. Essa autonomia não significa isolamento, mas sim a criação de "margens de liberdade" por meio de práticas que valorizam recursos locais, conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva e redes de cooperação. Essa autonomia manifesta-se na "agricultura camponesa", onde os produtores buscam reduzir a dependência de insumos externos e mercados globalizados, reforçando o controle sobre o processo produtivo, a reprodução social e a sustentabilidade ambiental (Ploeg, 2018).

Fechamos a discussão sobre territórios de menor dinamismo econômico com a passagem de Girardi (2022, p. 91), que dialoga com Theodoro (2008), Delgado (2005) e Hasenbalg (1979), ao afirmarem que “os negros foram segregados às regiões menos dinâmicas economicamente, o que atesta a permanência de tal problema histórico no campo brasileiro contemporâneo”.

A população negra também tem relações jurídicas mais precárias com a terra. Os que a arrendam mediante uma relação formal, em sua maioria são brancos. Contudo, nas relações de parceiros, comodatários, ocupantes, produtores sem área, todas relações informais, que apresentam maior fragilidade jurídica e até mesmo subserviência, a maioria são negros (Girardi, 2022). Confirma Girardi (2022, p. 102) este quadro de condição jurídica e trabalho no campo:

[...] os agricultores familiares encontrados pelo IBGE em 2017 com as seguintes relações com a terra: parceiros, comodatários, ocupantes e produtor sem área. São 410 mil produtores nessas situações no Brasil todo e 67% deles são negros. [...] essas relações são mais comuns onde predomina a agricultura familiar: Norte, Nordeste e Sul do país. Assim, podemos concluir que as relações jurídicas mais precárias com a terra atingem principalmente os agricultores familiares e os negros.

As informações fornecidas pelo Censo Agropecuário de 2017 confirmam que os camponeses que não são proprietários das terras que cultivam, os camponeses que não sabem ler nem escrever, e os que não recebem orientação técnica,

concentram-se majoritariamente no Nordeste brasileiro e, em segundo lugar, na região Norte do país. Esses fatores levam a uma ruína desses estabelecimentos agropecuários, submetendo as famílias à condição de pobreza e, por fim, levam ao êxodo rural. Entre os não proprietários de suas terras, 62,6% são negros. Dos que não sabem ler nem escrever, 73,6% são negros. E dos que não recebem orientação técnica, 59% são negros (Girardi, 2022).

Há uma concentração da receita dos estabelecimentos principalmente no Sul, no Sudeste e no Centro-oeste brasileiro. As outras receitas como aposentadorias, trabalhos fora do estabelecimento, acesso a programas sociais, entre outras são mais importantes na complementação das rendas dos camponeses no nordeste do país e na metade nordeste de Minas Gerais, mas com exceção neste caso aos camponeses do norte, divergindo neste fator ao cenário exposto até aqui das desigualdades socio-regionais.

Assim, há indícios que a receita dos estabelecimentos possui relação com a raça dos camponeses (Girardi, 2022). Ainda segundo os dados da População Economicamente Ativa (PEA) acima de 10 anos na agropecuária, indica-se que os menores rendimentos estão no Nordeste do país, Nordeste de Minas Gerais e Norte do país, e os rendimentos mais altos estão no Sul e, sobretudo no Sudeste e Centro-oeste brasileiro (Girardi, 2022).

Também referente às cooperativas, os dados do Censo Agropecuário de 2017 identificam os estabelecimentos de agricultura familiar com e sem receitas, onde aqueles estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar cooperados (93% do total) tem vantagens em relação aos não cooperados (16 pontos percentuais a menos) (Silva e Nunes, 2023). No que se refere ao acesso ao crédito, Silva e Nunes (2023, p. 19):

considerado fator fundamental para o desenvolvimento das atividades dos estabelecimentos agropecuários, os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019) revelam que esse acesso é restrito a apenas 15,5% do total de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar no Brasil e no caso dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar do grupo do Pronaf B, pouco mais de um décimo tem acesso ao crédito. Verifica-se também que, quanto maior a área do estabelecimento agropecuário, maior o percentual dos que têm acesso ao crédito no Brasil. Os dados do Censo de 2017 mostram uma tendência de que os estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar cujos produtores participam de organizações associativas (cooperativas e

outras) têm um percentual (22,9%) um pouco mais elevado de acesso ao crédito. [...] para 13,2% dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar que tiveram acesso a financiamento, às cooperativas de crédito são os agentes responsáveis pelo fornecimento dos recursos, com esse percentual chegando a 32,2% na região Sul do Brasil, onde o cooperativismo de crédito vinculado à agricultura familiar está mais disseminado, sendo esta situação bem diferente da identificada no Nordeste brasileiro.

Para continuidade da análise desse estudo, é importante demarcar, novamente, que menores as estruturas sociais e políticas públicas no campo, como as demonstradas pelos números do IDH e outros ativos para o desenvolvimento territorial relacionadas a uma herança oriunda das causas/desvantagens cumulativas e discriminação indireta geradas pelo racismo estrutural, culminam em processo de segregação racial e dos seus impactos sobre os territórios, gerando desigualdades socio-regionais. Por isto, são distintos os desenvolvimentos territoriais onde predominam a presença de camponeses brancos comparados a territórios com maior presença de camponeses negros. Portanto, identifica-se que é menor a presença de cooperativas agrícolas em territórios com maior presença de camponeses negros.

Até aqui, podemos afirmar que, entre as contribuições deste estudo, é relevante o cruzamento de informações sobre a conformação racial dos camponeses brasileiros, a localização e as condicionantes para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, que nos levam a dedução das justificativas para a menor presença de cooperativas agrícolas em territórios onde, majoritariamente, existem uma maior presença de camponeses negros. Como já mencionado, não existe na literatura reflexões que levem a esta conclusão.

Dando continuidade às reflexões abordadas até o momento, no próximo capítulo, pretendemos aprofundar no tema do cooperativismo no Brasil, com ênfase ao cooperativismo construído pelo MST, no intuito de continuar a construir as bases para as investigações deste estudo.

3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MST

Na história da humanidade, todos os modos de produção organizaram-se formas de economias coletivas que podem ser consideradas similares à forma cooperativa (Gregolin e Souza, 2021). Para Farjado e Rocha (2021, p. 24) “o cooperativismo tem raízes em expressões e experiências de sociedades antigas, como entre os povos egípcios, babilônios, gregos, romanos e incas, sendo uma prática até mesmo no período medieval europeu”.

Nas obras ‘*A República*’ de Platão, escrita entre 380 a 390 a.C., *Utopia* de Thomas More, escrita em 1516, *A Nova Atlântida* de Francis Bacon, escrita em 1626, e “*A Viagem de Içaria*” de Etienne Cabet, escrita em 1840, encontram-se ideias precursoras do cooperativismo. Na Roma antiga nas associações corporativas de sapateiros, carpinteiros e serralheiros; na Rússia com suas associações de trabalho chamadas de “Artel”; nos grêmios do Antigo Egito que reuniam agricultores escravos com o incentivo do Estado, as tias, as orglonas e sodalistas na Grécia que eram associações compostas por escravos e cidadãos livres para organização dos sepultamentos, todos são exemplos de organizações com um germe do que seria as cooperativas modernas (Farijado; Rocha, 2021).

O cooperativismo está presente em quase todos os países do mundo exercendo papel importante em alguns destes. Nos Estados Unidos foram as cooperativas que organizaram a instalação de energia elétrica no meio rural. Na França, elas têm papel importante no sistema bancário e de crédito. No maior país em população do mundo, a Índia, cerca de metade do açúcar é produzido em cooperativas. No Japão, tem papel relevante as cooperativas polivalentes no setor agropecuário. Na Espanha, na região Basca, se destaca o sistema cooperativista de Mondragón em vários setores, sobretudo na produção de refrigeradores e eletrodomésticos. As cooperativas de operários, na Itália, são responsáveis pela geração de muitos empregos. Na Suécia, a rede de Cooperativas OK possui a maior refinaria de petróleo do país. A cada três habitantes, um participa de uma cooperativa no Canadá. Nos países da África, as cooperativas agrícolas têm papel importante no escoamento dos bens essenciais (Da Silva *et. al.*, 2014). No Brasil, por sua vez, as cooperativas surgiram com o objetivo de organizar cadeias produtivas, créditos para produção e aumentar a eficiência das comercializações.

A seguir, traçaremos um percurso explicativo de como esses preceitos se desenvolveram e se adaptaram, primeiro em suas bases teóricas e, depois, no contexto específico do Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Pretende-se apresentar os pilares que fundamentam o cooperativismo em seus primórdios, bem como as contradições contemporâneas que resultam em vertentes distintas de sua construção. Também a trajetória da evolução do cooperativismo no Brasil e, por fim, sua construção dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

3.1 Os princípios basilares do cooperativismo e seu histórico no Brasil

Gregolin e Souza (2021) destacam as contribuições de Robert Owen (1777-1858) no debate sobre a ideologia do cooperativismo. Mas também no leito da constituição do ideário cooperativista, para Farjado e Rocha (2021) consideram como precursores do movimento cooperativista: Plockboy, Bellers, William King, Charles Fourier, Philippe Buchez, e Louis Blanci, e também Robert Owen. Entre os pensadores chamados utópicos, consideram-se Saint-Simon, Prodhon e Sismond.

Para os estudos acadêmicos e para o movimento cooperativista, foram três experiências no passado que contribuíram para a formulação dos princípios cooperativistas. As iniciativas inspiradas em Rochdale, frutos das experiências dos operários ingleses. Também se destacam mais duas experiências que se desenvolveram no território alemão, a Schulze-Delitzsch, composta pela classe média dos centros urbanos e a Raiffeisen, pela massa dos pequenos agricultores. Ainda, numa junção dos modelos acima citados, geraram os sistemas cooperativos de Haas, Luzzatti, Wollemborg, o sistema dinamarquês e os métodos de cooperativas agrícolas francesas (Gregolin e Souza, 2021).

Mencionadas as experiências passadas mais relevantes, seguiremos tratando do conceito de cooperativismo. São diversas as definições do conceito de cooperativismo, contudo, queremos destacar duas dimensões importantes: na história ele foi tratado como doutrina ou movimento; e na prática como um modelo de gestão. Os Rochdaleanos defendiam o princípio da equidade em um sistema justo de distribuição dos resultados econômicos do coletivo (Fajardo e Rocha, 2021). Assim, convergindo a estes princípios basilares, ser sócio e usuário da organização ao mesmo tempo são princípios, a dupla qualidade nas cooperativas. Ser entidade

associativa e empresa, vinculadas ao termo cooperação e ao verbo cooperar (Fajardo e Rocha, 2021).

Já que semanticamente podemos aprofundar no significado de cooperação, sendo mais amplo do que de cooperativa. Para Pinho (2004), a palavra "cooperação" tem origem no latim *cooperatio*, significando a ação de colaborar ou prestar auxílio para alcançar um objetivo comum.

A gênese do surgimento do cooperativismo foram as críticas ao sistema capitalista de exploração do trabalho. Um movimento de resistência ao contexto trabalhista marcado pela injustiça e desigualdade, porém com o decorrer do tempo, houve a burocratização das práticas cooperativistas se adequando à moral capitalista (Fajardo e Rocha, 2021).

Para Christoffoli (2021, p. 61) citando Marx (1983), “estas relações de cooperação de produção visam a melhoria da condição da vida humana, no sentido de obter maiores e melhores resultados” (...). Ainda diz respeito sobre a cooperação: “à forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mais conexos”.

A busca em suprir as necessidades para a sobrevivência da humanidade evolui concomitante ao desenvolvimento da cooperação. No capitalismo atual nunca os trabalhadores se cooperaram tanto a partir da divisão e socialização do trabalho, contudo, nunca houve tanta exploração e concentração da riqueza produzida, ao mesmo tempo, em um processo não autogestionado, sem a expressão da livre vontade, do livre arbítrio e da criatividade dos trabalhadores. Esta forma de cooperação não é emancipadora, não liberta as amarras da exploração. Somente uma cooperação que busca suprir as necessidades a partir da autodeterminação livre e consciente, seja individual ou coletivamente, pode se contrapor às formas desiguais do sistema capitalista (Christoffoli, 2021).

Ainda a ideologia dominante do individualismo, se sobrepõe às tendências globais de cada vez mais as produções se darem em cooperação em larga escala, dificultando, assim, a constituição de coletivos livres autogestionados.

Muitos trabalhadores, para se libertar da exploração capitalista, recorrem à escolha por se assumirem como produtores simples de mercadorias. Livre dos padrões, porém, longe de mecanismos coletivos de autogestão. Como consequência desta ideologia, abdica-se da autogestão autônoma pelo coletivo, como forma de enfrentar a exploração e subordinação ao capitalista, assumindo uma organização em

pequena escala a partir de uma ilusão de autonomia da unidade familiar agrícola. Esta é uma recriação de uma forma produtiva da pequena produção, presente na fase do capitalismo concorrencial, que hoje foi superada.

No caso do campesinato, esses formatos trazem desvantagens à competição em mercados capitalistas. Há uma tendência destas iniciativas de pequenas escalas serem destruídas pelas crises de superprodução, ou pelos mecanismos econômicos e extra econômicos de dominação capitalista (Christoffoli, 2021).

Esta ideologia do individualismo, que se sobrepõe às tendências de produção cooperativa em larga escala, também molda o comportamento ideológico dos camponeses. Nesse sentido, é importante entender o comportamento ideológico dos camponeses. São produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, posseiros, etc.; utilizando para isto seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e distribuição dos produtos.

Isto é mínima a divisão social do processo produtivo. Se assemelha ao processo produtivo artesanal, no qual o artesão inicia e termina o mesmo produto, se valendo, no limite, do trabalho de outros membros da família. Tudo isto determina muito suas atitudes e traços de comportamento. Sua atitude isolacionista, aparentemente contrária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é baixa, mas sim da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue a consciência gerada em tais organizações de caráter simples da participação em processos organizativos de tipo mais complexo (Moraes, 2015).

Para seguirmos com essa reflexão, mas já adentrando sobre a difusão e constituição do cooperativismo no mundo e, posteriormente, no Brasil, é importante compreendermos os marcos da concepção desse cooperativismo. Antes da fundação da Aliança Cooperativa Internacional - ACI em 1895, podem ter havido e são consideradas ações dos movimentos cooperativos na Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Bélgica. Mas, de fato, a Inglaterra e a França foram protagonistas e serviram de exemplo desse processo, com um movimento institucionalizado, oficializado e influenciador de modelos, com a indicação de legislações em outros países (Fajardo e Rocha, 2021).

O período entre os anos de 1829 até a década de 1950 é conhecida pelos autores do cooperativismo como a “era romântica do cooperativismo”, na qual os fundamentos originários do movimento eram organizar a vida, a produção e facilitar a

comercialização dos associados frente a figura dos intermediários (Gregolin e Souza, 2021).

Esses marcos da constituição do cooperativismo são importantes para demarcar o início das contradições que se seguiram e, com isso, fomentar o distanciamento de sua ideologia inicial. A tese da degeneração das cooperativas explica que as necessidades empresariais, em contraponto à democracia dos sócios, transformaram as cooperativas em associações capitalistas visando apenas o lucro e contratando assalariados (Fajardo e Rocha, 2021).

Sobre essa degeneração, para o conhecimento geográfico, as divergências entre essas duas vertentes do ideário cooperativista se enquadram nos estudos sobre o desenvolvimento territorial rural, que também se classificam em duas tendências: aqueles que partem do paradigma do capitalismo agrário e os que partem do paradigma da questão agrária (Fernandes, 2008).

Os princípios que regem o paradigma do capitalismo agrário são: colocar o lucro e os anseios do mercado na centralidade, com o individualismo como principal valor. Diverge assim dos princípios e valores que originam o ideário cooperativista, esses princípios e valores, são retomadas pelos objetivos da intercooperação, da solidariedade e do cunho popular do paradigma da questão agrária.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a maior organização não governamental do planeta, se colocou como referência desses princípios cooperativos, influenciando governos e organismos. Considerada como o cooperativismo “oficial”, representado pela ACI, no Brasil segue seus fundamentos a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, seguem a tese do cooperativismo submisso ao capitalismo mencionado (Fajardo e Rocha, 2021).

Para nossa análise sobre os marcos para a constituição do cooperativismo, portanto, enquadrarmos o sistema OCB no paradigma do capitalismo agrário. Estas bases teóricas e históricas moldaram o desenvolvimento do cooperativismo, cujos desafios e adaptações se manifestaram de forma particular no contexto brasileiro, como veremos a seguir.

No entanto, para além das estruturas oficiais, o cooperativismo no Brasil também se manifestou em diversas formas de solidariedade e cooperação, como os mutirões e ajuntamentos experimentados pelos pequenos lavradores ao longo da formação social brasileira (Christoffoli, 2019).

No Brasil pode se considerar três marcos do cooperativismo. O primeiro foram as cooperativas de consumo, na qual seus associados buscavam formas de reduzir o custo de vida ao adquirir produtos com um menor valor. O segundo refere-se às cooperativas de crédito criadas no estado do Rio Grande do Sul. E o terceiro é a criação das cooperativas agrícolas criadas principalmente em regiões colonizadas por imigrantes italiano, alemães e japoneses. As precursoras foram as experiências em Nova Petrópolis (1902) de inspiração em Raiffensen, e em Lageado (1906) de inspiração em Luzzatti (Gregolin e Souza, 2021, p. 153).

Além disso, outros relatos históricos contribuem para uma aproximação e localização da constituição das primeiras cooperativas no Brasil. Gregolin e Souza (2021) apresentam outros referenciais que nos permitem afirmar que historicamente, as referências são:

Entre o final de 1905 e o início de 1906 a criação de uma cooperativa agrícola mista em Panambi, no Rio Grande do Sul (Peroni, 2018), já em Minas Gerais, as informações dão conta de que as primeiras cooperativas agropecuárias tiveram sua fundação em meados de 1907 (Pires, 2004; Willers, 2015), seguidas por iniciativas em São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões colonizadas por alemães, italianos e japoneses (Willers, 2015, p. 55).

Demarcado uma verificação da criação das primeiras experiências de cooperativas em nosso país, para compreender como o cooperativismo, considerado “oficial”, representado pela ACI (no Brasil pela OCB), desvirtuou-se é preciso considerar o processo histórico nas ações e estratégias adotadas por muitas cooperativas.

Para fins de objeto do nosso estudo, os primeiros anos da década de 1930⁴ são importantes no entendimento de alguns marcos para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sobre o papel do Estado brasileiro, no período do governo de Getúlio Vargas, no incentivo às cooperativas já criadas, e no fomento da criação de outras, tendo como objetivo o abastecimento com alimentos e matérias primas aos

⁴ Para Florestan Fernandes (1976) o período de 1930 inaugura no Brasil seu processo de industrialização dependente, a partir da dependência do capital estrangeiro e do financiamento das oligarquias rurais, forjando uma burguesia brasileira sem compromissos com um projeto de nação. E intrinsecamente relacionado a estes marcos Silvio Almeida chama atenção que no Brasil, a ideologia do racismo científico foi substituída a partir de 1930 pela ideologia da democracia racial, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional, como algo moralmente aceito por todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante. Assim, ao contrário de países como os Estados Unidos, nunca se instalara no Brasil uma dinâmica de conflitos baseados na raça.

centros urbanos. Posteriormente, passou-se a contar com as cooperativas como indutores de seu projeto de modernização conservadora, sobretudo a partir da década de 60, reafirmando como sempre o Brasil na divisão internacional do trabalho, como um país agroexportador (Gregolin e Souza, 2021, p. 161).

Nesse sentido, o Estado passou a tutelar a criação, organização e funcionamento das cooperativas. Ao oferecer incentivos como créditos e isenções de impostos, semelhante ao que ocorria em outros países, as necessidades dos seus beneficiados foram suplantadas para desenvolver o capitalismo no campo (Gregolin e Souza, 2021, p. 161).

Assim, o cooperativismo concentrou e organizou o capital agrário entre as décadas de 1940 a 1960. Perdeu espaço no pós crise cafeeira no início da modernização conservadora, decorrentes da expansão no país de corporações transnacionais ao fim da década de 60 e início de 1970 (Farjado e Rocha, 2021). Em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, foi criada a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), uma sociedade civil, com sede na capital federal, órgão técnico-consultivo do governo, que por via de lei, representa e difundi uma perspectiva de cooperação para todo o país até os dias de hoje. E em 1971 foi aprovada a Lei 576 que atribui a OCB a representatividade do sistema cooperativista brasileiro (Farjado e Rocha, 2021).

De fato, durante a ditadura, o cooperativismo agrícola foi utilizado em parte como forma de conter conflitos sociais no campo, ao mesmo tempo, contraditoriamente, as cooperativas contribuíram para a difusão da Revolução Verde no campo (Farjado e Rocha, 2021).

Mas, como vimos, as cooperativas têm uma predominância maior no centro sul do país e até hoje a compreensão hegemônica é que a vocação cooperativista se estabeleceu nessa região do país devido a expertise das experiências trazidas pelos imigrantes europeus. Contudo, é necessário considerar as particularidades de formação do espaço geográfico e a ocorrência de barreiras que impediram sua maior difusão para outras regiões (Silva e Nunes, 2023, p. 9), como sublinhamos até aqui.

Bursztyn (1985), Silva e Nunes (2023, p. 9) observaram,

No caso do Nordeste, com apenas 1,3% do total de Estabelecimentos da Agropecuários da Agricultura Familiar (AP-AF) cujos produtores estão associados em cooperativas, é preciso considerar os déficits históricos acumulados nos processos de máxima exploração da terra

e do longo período de escravidão e de servidão para atender aos interesses econômicos e políticos da empresa colonial e, posteriormente, das oligarquias rurais locais. Mesmo na fase de mais forte incidência da modernização conservadora no campo, na década de 1970, quando o regime ditatorial militar incentivou o cooperativismo rural vinculado aos projetos de colonização agrícola e nos perímetros irrigados, o processo foi marcado pelo autoritarismo e pela exclusão dos segmentos agropecuários mais empobrecidos (Bursztyn, 1985).

Com a redemocratização do país, na década de 1980, diversos movimentos surgiram e o cooperativismo passou a se constituir como pauta por setores rurais que não se sentiam contemplados pelas ações da OCB. Surgiu assim em 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB e, em 2005, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES (Gregolin e Souza, 2021).

A CONCRAB e a UNICAFES organizam cooperativas menores, menos atuantes em grandes mercados, guiadas ou condicionadas à atuação em mercados locais e em cadeias curtas, baseadas em princípios de solidariedade próximo a suas bases (Farjado e Rocha, 2021). Também, como análise desse estudo, somaremos essa vertente do cooperativismo solidário e familiar na tese do paradigma da questão agrária.

Devido às perseguições e tentativas de criminalização aos movimentos sociais, sobretudo ao MST, foram criadas nas últimas décadas cinco Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) visando vincular crimes à luta pela terra. Essa perseguição levou a inviabilização jurídica da CONCRAB. Porém, a organização do Sistema Cooperativista dos Assentados nunca deixou de ser realizada, onde novamente em 2024 foi criada a União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária Popular do Brasil (Unicrab) que reuniu cerca de 190 cooperativas e muitas associações em todo o país.

Mas, ao observarmos a evolução das grandes cooperativas brasileiras do ramo agropecuário do século XX ao início do século XXI, perceberemos, majoritariamente, que essa tese do paradigma do capitalismo agrário se concretizou (Farjado e Rocha, 2021). Existem muito mais cooperativas agrícolas vinculadas juridicamente à OCB, consequentemente, difusoras dos ideários que se afastam dos princípios do cooperativismo solidário e popular.

Estas reflexões sobre o Paradigma do Capitalismo Agrário e sobre o Paradigma da Questão Agrária relacionados ao tema do cooperativismo, podem ser consideradas

originais a nosso estudo a partir das categorias do conhecimento geográfico, e devem incentivar mais estudos futuros.

Em relação às condicionantes legais do cooperativismo brasileiro, é importante destacar a promulgação do Novo Código Civil em 2002. Mudam as condições estabelecidas às cooperativas, que passam a se orientar pelo Código Civil, independentemente de serem ou não filiadas à OCB. As cooperativas passam a ser consideradas uma sociedade simples e não mais uma forma jurídica própria, sem a necessidade de prover capital social para sua constituição, e de estabelecer um limite mínimo de filiados (Farjado e Rocha, 2021).

3.2 Outros números do cooperativismo agrícola no Brasil

Para compreender a dimensão atual desse histórico de desenvolvimento, é fundamental aprofundar ainda mais em algumas variáveis sobre os dados do cooperativismo agrícola no Brasil.

No capítulo anterior, destacamos algumas informações relevantes que dialogam com as desigualdades sociorregionais, como: a) apenas 11,4% do total de produtores rurais responsáveis por estabelecimentos agropecuários no Brasil se encontravam associados à Cooperativas no ano de 2017; b) na faixa com mais renda entre os agricultores familiares (grupo V do Pronaf que correspondem a 29,2% do total) mais de um quarto é associado à cooperativa (25,9%); c) mais da metade dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem até 10 hectares, 52,6%, mas representam apenas 28,7% dos associados em cooperativas; e d) existe uma tendência à vinculação de camponeses a cooperativas quando o objetivo principal é a necessidade de comercialização, nas regiões Sul e Sudeste são maiores os estabelecimentos da Agricultura Familiar que alegam que a finalidade principal da produção é o mercado, respectivamente, 80,7% e 76,2% (Silva e Nunes, 2023).

Também no primeiro capítulo chamamos a atenção enquanto desigualdade sociorregional, ao verificar os dados do censo agropecuário de 2017 por grande região, explicitando uma concentração dos Estabelecimentos Agropecuários Cooperados no sul e sudeste do país, com 82,7% (Silva e Nunes, 2023, p. 9). O tamanho da terra, renda, escolaridade e sexo são fatores que determinam a cooperação em estabelecimentos da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2017.

No caso das mulheres, que são responsáveis por 19,7% dos Estabelecimentos da Agropecuária da Agricultura Familiar, apenas 4,8% são associadas a cooperativas, o que pode comprovar os efeitos do patriarcado sobre estas organizações (Silva e Nunes, 2023, p. 10). Infere-se que os estabelecimentos da agricultura familiar classificados no Grupo B do Pronaf, os mais empobrecidos dos camponeses, correspondiam a 70,1% do total dos estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil. É importante salientar que estes são classificados dentro deste segmento, não significando que acessam o Pronaf, já que os números de acesso dos camponeses pobres ao programa são muito pequenos.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 contribuem para verificar que o acesso à orientação técnica é restrito a um quinto do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Além disso, e nos estabelecimentos da agricultura familiar, esse número é ainda mais reduzido, apenas 18,2% têm acesso a esses serviços (Silva e Nunes, 2023, p. 17).

A partir desta análise sobre o cooperativismo agrícola no Brasil, nos parece crucial aprofundarmos na particularidade da cooperação dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde a cooperação adquire uma dimensão estratégica e política distinta.

3.3 O Cooperativismo no MST

Nascimento (2023) destaca que a cooperação no MST está relacionada à concepção de organização coletiva das famílias camponesas. Dessa forma, o conceito de cooperação envolve um processo social no qual as pessoas atuam conjuntamente para atingir um propósito compartilhado. Na concepção do MST, a luta pela terra dos Sem Terra é por si só uma experiência de cooperação, tendo em vista que se organizam para lutar por terra (MST, 1993).

Nos assentamentos do MST, as formas de cooperação variam em complexidade, destacando os grupos coletivos que atuam em mutirões – por exemplo, capina, plantio e colheita - até associações e cooperativas para produção e comercialização. Nos cadernos de formação do movimento, são citados as principais características e diferenças entre essas formas de cooperação (MST, 1993), a saber:

a) Grupo Coletivo: são pequenos grupos de assentados, geralmente informais e compostos em sua maioria por homens, os quais realizam atividades simples de forma

conjunta, como a compra de equipamentos ou a construção de benfeitorias. Nessa forma de organização, os assentados mantêm seus lotes de forma individual, realizam trabalhos coletivos e fazem a divisão do produto do trabalho coletivo, geralmente de forma verbal (não possuem estatuto formal e dependem da confiança entre os membros).

b) Associação: possuem estruturas mais formais com um número maior de sócios, incluindo mulheres, e são focadas na prestação de serviços. Os associados mantêm seus lotes individuais, mas podem participar em atividades coletivas. Nessa forma de cooperação, é necessário a formalização de documentos jurídicos como estatuto registrado. As associações são mais complexas que os grupos coletivos, mas são mais simples do que as cooperativas.

c) Cooperativa: representa o nível mais complexo de cooperação econômica. O trabalho cooperado permite a divisão do trabalho e a especialização, assim como maiores escalas de produção, possibilitando o aumento da produtividade e a diminuição de custos unitários. O MST cita que as duas principais formas de cooperativas para as famílias assentadas são as Centrais de Cooperativas dos Assentados (CCA) e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). Nas cooperativas de comercialização, a terra e produção são individuais, mas a compra de insumos agrícolas e a venda da produção é coletiva. Nas cooperativas de produção, a terra pode ser coletiva ou individual, porém arrendada à cooperativa, utilizada como meio de produção coletivo (MST, 1993; MST, 1997).

O objetivo do cooperativismo para o MST é conciliar a forma como se realiza o trabalho e as relações sociais dentro de um assentamento e de uma cooperativa, para a permanência dentro do programa de reforma agrária, zelando e tendo como base os princípios políticos e ideológicos do Movimento. É inerente ao sistema capitalista a exploração do trabalho, a divisão social do trabalho e a separação do trabalho intelectual e manual, além da hierarquização do processo produtivo no intuito da busca pela mais-valia dos trabalhadores (Marx, 2013).

No meio rural, essa mesma lógica capitalista gera a concentração de terras, a expulsão dos camponeses e a consequente proletarianização dos mesmos. A desumanização é inerente ao sistema capitalista: Como resposta a esses efeitos desumanizantes, surgem ao longo da história do capitalismo diversos movimentos contestatórios, entre os

quais os chamados movimentos cooperativistas, que se inserem tanto na esfera da produção como na da circulação (Martins, 2012, p. 211).

Na sociedade capitalista, o momento da concepção e da execução do trabalho são separados de acordo com a formação das relações estabelecidas entre a classe dominante e a classe trabalhadora. Para Martins (2012), a classe dominante tende a exercer a concepção do trabalho (atividade intelectual), enquanto a classe trabalhadora geralmente realiza o trabalho manual (a execução do trabalho). O autor afirma ainda que o modo de produção capitalista separou também as tecnologias utilizadas na concepção e na execução do trabalho, na forma da administração e da operacionalização, criando conhecimentos específicos e direcionados para essa separação.

Assim, as tecnologias dos processos de trabalho geralmente são divididas em tecnologia de gestão, voltadas para a concepção do trabalho; e as tecnologias físicas voltadas para a execução do trabalho. Como forma de negar essa oposição e separação da concepção do trabalho e a sua execução é que surgiram as cooperativas dentro do sistema capitalista. Essas organizações pretendem produzir as mercadorias, porém, procuram eliminar essa oposição entre concepção e execução do trabalho, adotando a heterogestão no seu modo de funcionar.

Para Martins (2012, p. 214), as cooperativas, assim como as empresas capitalistas, “também concebem seus processos teleologicamente, mas com base em uma forma horizontal de dividir o trabalho, o que, a princípio, eliminaria as oposições de classe e, portanto, a apropriação de mais-valia”. Na contramão deste objetivo, temos uma legislação dentro do Estado de Direito capitalista conservadora para os princípios cooperativistas, cujo resultado impede que as cooperativas inovem e caminhem para a autogestão, participação e democratização popular (Schenini *et. al.*, 2006). Essa legislação foi criada, como já mencionado anteriormente, para difundir a Revolução Verde e conter os conflitos no campo no período autoritário da ditadura militar no Brasil.

O MST, na contramão, não apenas cria e recria cooperativas dentro das premissas capitalistas, mas inova ao formular um próprio Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, sendo uma estratégia de confronto aos princípios capitalistas, de permanência no campo e massificação da cooperação agrícola (Schenini, 2006). São várias as experiências de cooperação dentro do MST, porém, a experiência do arroz orgânico produzido no Rio Grande Do Sul ganha destaque pelo o avanço na

sistematização das informações. São mais de 350 famílias de 9 municípios, coordenadas por 7 cooperativas que cultivam 3,2 mil hectares, se consolidando como a maior produção de arroz orgânico da América Latina.

Para quem se pergunta em que a luta do MST se relaciona com cooperação, não percebem como o ato de cooperar está presente em diferentes dimensões dessa luta. *Ocupar, resistir e produzir* são palavras de ordem entoadas nas ocupações e marchas do MST que buscam sintetizar o desafio da democratização das terras e a organização das famílias no período da luta direta pela terra. Isto é, desde sua primeira ação, a ocupação, o ato de cooperação está presente no MST.

Essa fase de acampamento, da luta pela terra direta, é uma fase em que o Movimento tem uma grande influência político-ideológica sobre as famílias e sobre os trabalhadores rurais, sendo um período de organização coletiva, de questionamento sobre a concentração de terras e de negação do modo de produção capitalista no campo. Ao conquistar a terra, ao se criar um assentamento, a luta muda de natureza para a manutenção dessa conquista. Produzir se torna um desafio, sobretudo, porque nesta fase os assentados possuem os meios de produção (a terra) e geralmente tendem a se individualizar e ter menor organização política. Momento onde o Movimento precisa repensar a organização do trabalho e dos meios de produção. Martins afirma que são dois momentos distintos:

O do enfrentamento ao Estado pelo processo de redistribuição da propriedade (negação), que, traduzido na prática do MST, é o momento da ocupação e dos acampamentos; e o da manutenção das conquistas realizadas, da defesa da propriedade conquistada, que constitui o processo de assentamento (positivação) (Martins, 2012, p. 221).

Assim, não são pequenos os desafios do MST e, historicamente, ele teve que projetar suas táticas conciliando as diferenças entre os sujeitos acampados e assentados, fortalecendo o que há de comum na luta de ambos. Por isso, o sistema cooperativista do MST se preocupou em ser: a) alternativo ao modelo capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores; b) diferente, uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de

produção; c) de oposição à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados (Schenini *et. al.*, 2006).

No Movimento, as cooperativas devem manter uma ação política, não sendo somente um instrumento de organização econômica; e devem manter a unidade e a cooperação entre as famílias, que existia desde a luta pela conquista da terra (MST, 1993; MST, 1997; Nascimento, 2023). Para o MST, a organização dos assentados deve se dar a partir de um processo de evolução nas formas de cooperação: da cooperação mais simples (como os mutirões) para as formas mais complexas. E, independente da complexidade dessas formas de cooperação, todas têm um objetivo comum que é manter a unidade e a luta política no assentamento. Objetivo possível de ser realizado através da cooperação (Schenini *et. al.*, 2006).

Ainda que as cooperativas tenham um objetivo de transformação social, todas elas estão sujeitas às regras do capitalismo, procurando se inserir no mercado, gerar sobras, etc. Para o MST, mesmo que as cooperativas representem uma ruptura com algumas características do capitalismo (como a exploração dos trabalhadores ou a propriedade privada, no caso das cooperativas de produção coletivas), elas ainda estão inseridas dentro desse sistema e tendem a reproduzir algumas de suas lógicas (Pagotto, 2019; Fabrini, 2000).

A ruptura com algumas características do capitalismo, nessas cooperativas de produção agropecuária coletivas, ocorre quando há a socialização dos meios de produção e também quando há autogestão entre os cooperados. No caso dos assentamentos coletivos, ou de Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA, a cooperação propicia que sejam socializados a terra, o capital e o trabalho. De acordo com Fabrini (2006, p. 67):

A análise e estudo da viabilidade da produção da cooperativa nos assentamentos não devem ser feitas exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois as cooperativas transformam-se numa retaguarda política para acumular forças na realização da reforma agrária e mudança da sociedade. Assim, a produção agrícola cooperativa nos assentamentos está articulada, sobretudo, às questões política e ideológica.

Dessa maneira, uma das diferenças nas cooperativas do MST está justamente no processo de educação realizado pelos cooperados para continuar com seus

valores de transformação social (Schenini *et. al.*, 2006; Martins, 2012; Fabrini, 2000; Pagotto, 2019).

Assim, diante do apresentado nos capítulos 1 e 2, seguiremos para o 3 e último capítulo deste estudo, buscando as reflexões realizadas sobre a relação entre o racismo estrutural e o cooperativismo. O objetivo é comparar duas experiências de cooperativas do MST, em territórios distintos de Minas Gerais, que evidenciam as particularidades e desigualdades sociorregionais mencionadas até aqui, e que consequentemente influenciam a criação de cooperativas como já exposto.

4 ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DOS CAMPONESES SUL MINEIROS - CAMPONESA E DA COOPERATIVA DOS CAMPONESES DOS VALES DO JEQUITINHONHA - COOPERJEQUI

Analizamos, no primeiro e segundo capítulo deste trabalho, conceitos e categorias que foram importantes para o estudo de caso que faremos neste capítulo. Apresentamos dados primários que contribuíram em organizar uma linha de análise que relacionam o debate da questão agrária no Brasil às desigualdades sociorregionais encontradas em nosso país, com foco nos territórios do Nordeste e Norte do Brasil e no Nordeste de Minas Gerais, onde se concentram a maior parte dos camponeses negros brasileiros. Esse caminho percorrido objetiva relacionar ainda como a questão racial presente de forma estrutural nesse contexto socioeconômico brasileiro também é um fator que incide nos processos de cooperação agrícola.

Por isso, também apresentamos categorias em torno do racismo estrutural e categorias sociais que influenciam no avanço do cooperativismo. Aprofundamos nos princípios fundamentais do cooperativismo, que jogam luz sobre os diferentes paradigmas que atualmente influenciam o movimento cooperativista, seja os mais voltados aos interesses dos capitalistas, seja os de interesse popular e solidário. Por fim, apresentamos a trajetória e importância da construção do cooperativismo dentro do MST, já que as cooperativas estudadas a seguir fazem parte desse contexto.

Assim, temos as bases para essa reflexão, a partir da metodologia de aplicação de entrevistas realizadas a campo e, em alguma medida, da observação participante, visto que o pesquisador participou da fundação de ambas, uma, a Camponesa do Sul de Minas Gerais, inclusive como sócio fundador e na outra com assessoria e acompanhando o processo no Vale do Jequitinhonha. Então, mais do que as informações advindas das entrevistas, há, nessa leitura, um conhecimento desde a vivência prática dessas cooperativas.

As entrevistas realizadas a campo propõem seguir analisando as relações existentes entre o racismo estrutural e o cooperativismo, focado nas experiências de duas organizações vinculadas ao MST, e que territorialmente se contrastam, mesmo estando localizadas ambas em Minas Gerais. Esse contraste tratamos até aqui como segregação territorial que se manifesta nas desigualdades sociorregionais.

A Cooperativa dos Camponeses do Vale do Jequitinhonha – COOPERJEQUI que se encontra dentro do território mencionado anteriormente, onde se materializam

as maiores presenças de camponeses negros e com desigualdades sociorregionais próprias também já auferidas. E a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros – CAMPONESA, que se encontra em um outro território, com todas variáveis, índices sociais e econômicos mencionados e em grande parte distintos.

O coeficiente de Gini mede o nível de desigualdade na distribuição de renda, riquezas ou outro recurso dentro da população. Em 2006, 95% dos 853 municípios mineiros já registravam concentração alta (Gini entre 0,501 e 0,799), enquanto quase 3% apresentavam índices muito altos (acima de 0,800). O Censo de 2017 confirma que essa tendência se intensificou, relacionando o fenômeno ao avanço do capitalismo no campo. As regiões norte e noroeste de Minas Gerais apresentam desigualdades mais extremas. As regiões do Vale do Jequitinhonha, região metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Mucuri e região central mineira, com concentração forte a muito forte (Masson, 2021).

Compreender a questão agrária em Minas Gerais passa também por compreender que os conflitos socioambientais no estado não são incidentes isolados, mas sim sintomas estruturais de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente da exportação de *commodities* primárias, principalmente minério de ferro e café. Esse modelo, ao priorizar a extração e exportação em larga escala para geração de riqueza, necessita expandir suas fronteiras sobre territórios, resultando inevitavelmente em impactos ambientais severos e conflitos sociais agudos com as populações que habitam e dependem desses territórios (Firmiano *et. al.*, 2021).

A região Sul de Minas Gerais é uma área de grande relevância econômica para o estado, principalmente devido ao seu poderoso agronegócio cafeeiro exportador. Contudo, essa prosperidade convive com tensões sociais expressivas manifestadas em conflitos pela terra, evidenciando desafios fundiários e de distribuição de benefícios que persistem no interior do modelo de desenvolvimento regional (Firmiano *et. al.*, 2021).

Balbino *et. al.* (2025) e Ribeiro *et. al.* (2014) discorrem que o Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste de Minas Gerais, possui uma economia marcada pela agricultura familiar, programas sociais e transformações recentes em suas dinâmicas produtivas. Observa-se nessa região uma redução no número de estabelecimentos rurais, mas uma maior diversificação de renda e diminuição da dependência da produção vegetal; uma dependência de programas governamentais, com importância para aposentadoria rural; uma manutenção de estratégias de

autoconsumo e venda de excedentes em mercados locais, com necessidade de maior agregação de valor aos produtos locais. Contudo, existe também uma pressão de grandes projetos vinculados à celulose, mineração e barragens, por parte do desenvolvimento do capitalismo no campo nessa região.

Uma vez trazido esse breve panorama das regiões estudadas, à luz do conjunto de categorias teóricas que vimos até aqui, e da hipótese da inter-relação do racismo estrutural com as desigualdades sociorregionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de processos cooperativos agrícolas nessas regiões; combinando o método de observação participante e a análise das entrevistas realizadas à campo, pretende-se confrontar ainda mais essas realidades mencionadas. Será apresentado o contexto dos dois territórios estudados a fim de relacionar o histórico da luta pela terra ao desafio da construção do cooperativismo. Por fim, será realizada uma discussão sobre os resultados apresentados.

4.1 A metodologia da observação participante

A Observação Participante é uma metodologia de investigação qualitativa que permite obter uma perspectiva holística e natural dos fenómenos estudados. Para a utilizar, o investigador integra-se ativamente no grupo ou contexto que pretende estudar, tornando-se parte dele (Mónico *et. al.*, 2017).

Essa metodologia permite ascender a situações e eventos comuns que seriam difíceis de captar através de entrevistas ou instrumentos de autoavaliação. O seu objetivo é a imersão do investigador na vida da comunidade ou cultura para compreendê-la. É especialmente apropriada para estudos exploratórios, descritivos e etnográficos, ou para aqueles que visam a generalização de teorias interpretativas (Mónico *et. al.*, 2017).

O investigador atua como um instrumento de pesquisa, mantendo um contacto direto, frequente e prolongado com os atores sociais nos seus contextos culturais. Ele utiliza uma "lente de ângulo aberto" para desenvolver um alto senso de consciência e recolher um espectro mais alargado de informação (Mónico *et. al.*, 2017).

Sobre o grau de envolvimento e práticas de participação, é importante mensurar um plano sobre a natureza e intensidade da participação e o que será revelado sobre o estudo às pessoas do local. Existem múltiplos níveis de envolvimento, desde a Participação Completa, Participação Ativa, Participação Moderada, Observação Participante Passiva e Não Participação (Mónico *et. al.*, 2017).

Neste estudo, podemos considerar como grau de envolvimento do investigador uma Participação Ativa, já que, decorrente do seu papel na Direção Estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST de Minas Gerais, delibera e atua diretamente sobre o Sistema de Cooperação dos Assentados do estado. Sócio fundador da CAMPONESA, cooperativa da região do sul de minas, acompanha até hoje a organização da cadeia produtiva do café na região e seus desafios no processo de consolidação da cooperativa. Em relação a cooperativa do Vale do Jequitinhonha, contribui diretamente em processos de articulação política e de formação política e técnica, participando ainda da assembleia de fundação da COOPERJEQUI, se dedicando diretamente para o desafio da organização da cadeia produtiva da mandioca nas áreas de reforma agrária em Minas Gerais.

Sendo assim, a análise aqui apresentada, além de refletir sobre os dados da realidade, pesquisada e vivenciada, também estão imbuídos de uma estratégia política para a construção do cooperativismo nas áreas de reforma agrária de Minas Gerais.

4.2 Questionário Semiestruturado

O questionário foi realizado com quatro homens e quatro mulheres, de dois assentamentos e dois acampamentos rurais em Minas Gerais, das regiões do Vale do Jequitinhonha e Sul de Minas.

As entrevistas exploram a história familiar de acesso à terra, as relações de trabalho cooperado e o objetivo da produção agrícola. Adicionalmente, abordam a importância da cooperação nas suas comunidades. Como mencionado na proposta metodológica, foram abordadas nas perguntas categorias que contribuem numa análise das desigualdades sociorregionais, partindo da hipótese já apresentada que estas são diretamente afetadas pelo racismo estrutural: a sua escolaridade, renda mensal, acesso a orientação técnica e crédito bancário, e os locais de comercialização dos seus produtos.

Por fim, ainda enquanto categorias utilizadas, as entrevistas também registram a autodeclaração de cor da pele e a comprovação de posse da terra dos entrevistados, revelando desafios e conquistas nas suas vidas rurais. Abaixo, seguem as 11 perguntas realizadas:

- 1- Como foi a história da sua família, avós/pais e a sua, para chegar à terra? Sempre teve posse, uso e propriedade da terra?
- 2- Como eram as relações de trabalho? Havia ajudas, mutirões, troca de dias, outros tipos de cooperação?
- 3- Antigamente a produção tinha qual objetivo/destino?
- 4- Hoje, como você avalia a importância de participar das atividades de cooperação da cooperativa?
- 5- Qual sua escolaridade?
- 6- Qual sua renda mensal?
- 7- Você recebe algum tipo de orientação técnica?
- 8- Você acessa algum tipo de crédito bancário?
- 9- Você comercializa sua produção? Onde?
- 10- Você possui algum tipo de comprovação de posse ou propriedade da terra?
- 11- Como você se autodeclara: Negro, pardo, branco, amarelo, outro?

.3 A Luta do MST em Campo do Meio e a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros – CAMPONESA

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Campo do Meio, no sul de Minas Gerais, representa um dos episódios mais emblemáticos da história da reforma agrária no Brasil. Com mais de 27 anos de resistência, o conflito em torno das terras da antiga Usina Ariadnópolis tornou-se um símbolo da persistência dos trabalhadores rurais na busca por justiça social e direito à terra. Seguem detalhes dessa trajetória, desde as origens do conflito até as recentes vitórias, passando pelos inúmeros desafios enfrentados pelas famílias acampadas.

A história da luta do MST em Campo do Meio está intrinsecamente ligada ao colapso da Usina Ariadnópolis Açúcar e Alcool S/A, que faliu em 1983, deixando um rastro de dívidas trabalhistas e centenas de trabalhadores abandonados. A usina, que operava em terras que remontavam ao período colonial e à escravidão, acumulava uma história de exploração que se perpetuou mesmo após sua falência (Moreira, 2025).

Com a falência da usina, os trabalhadores rurais, muitos dos quais eram ex-funcionários da Ariadnópolis que nunca receberam seus direitos trabalhistas, iniciaram um longo processo de organização. Em 18 de novembro de 1996, ocorreu a primeira ocupação organizada pelo MST na fazenda Jatobá, em Campo do Meio. Esta ação foi

diretamente influenciada pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido sete meses antes, que chocou o país e pressionou o governo federal a demonstrar algum compromisso com a reforma agrária (A Verdade, 2018).

Em 2 de julho de 1997, como resultado dessa pressão, foi criado o Assentamento Primeiro do Sul, na fazenda Jatobá, com 84 famílias. No entanto, esta conquista parcial não resolveu o problema central - a vasta extensão de terras da antiga usina que permanecia improdutiva e concentrada nas mãos de poucos (A Verdade, 2018).

O Quilombo Campo Grande surgiu como um conjunto de 11 acampamentos organizados pelo MST nas terras da ex-usina Ariadnópolis, totalizando cerca de 3.900 hectares. Os acampamentos, nomeados como Tiradentes, Vitória da Conquista, Rosa Luxemburgo, Sidney Dias, Girassol, Fome Zero, Resistência, Betim, Chico Mendes, Irmã Dorothy e Campos das Flores, abrigavam aproximadamente 500 famílias Sem Terra que lutavam pelo direito de trabalhar a terra de forma coletiva e sustentável (Brasil de Fato, 2025).

Desde sua formação em 14 de março de 1998, o Quilombo Campo Grande enfrentou inúmeras tentativas de despejo - onze no total - sendo o mais violento deles ocorrido durante a pandemia de COVID-19, quando o governador Romeu Zema (Novo) autorizou uma operação que durou mais de 56 horas, envolvendo 700 policiais, helicópteros e veículos blindados. Nesta ação, 14 casas foram demolidas e a Escola Eduardo Galeano, espaço educativo fundamental para a comunidade, foi destruída (Moreira, 2025).

Apesar da constante ameaça de despejos, as famílias do Quilombo Campo Grande transformaram as terras, antes dedicadas à monocultura da cana-de-açúcar, em um modelo de produção agroecológica diversificada. A produção inclui mais de 150 produtos, como café, goiaba, milho e outros orgânicos, muitos deles comercializados em feiras locais e nos Armazéns do Campo do MST em várias capitais brasileiras (Brasil de Fato, 2025). O Café Guaií, produzido agroecologicamente, tornou-se um símbolo dessa resistência produtiva.

Neste tempo, vitórias parciais foram sendo conquistadas como a adjudicação de 300 hectares da Usina que foram destinados para a criação do Assentamento Nova Conquista II com 13 famílias em 2014. Também durante a gestão 2014-2018, do então Governador de Minas Gerais Fernando Pimentel, grande parte das famílias conquistaram o direito à energia elétrica, além do decreto estadual de criação do

assentamento, que posteriormente sofreu um revés jurídico sendo anulado (A Verdade, 2018).

Após décadas de luta, o Quilombo Campo Grande alcançou a grande conquista. Em 31 de outubro de 2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu uma decisão histórica, determinando a impossibilidade de recuperação judicial da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), antiga administradora da Usina Ariadnópolis. O tribunal restabeleceu o status de "massa falida" à empresa, abrindo caminho para a destinação social das terras (MST, 2024).

Em março de 2025, o presidente Lula assinou decretos de interesse social para fins de reforma agrária, incluindo a criação do assentamento Quilombo Campo Grande, em área desapropriada da ex-usina Ariadnópolis. Os decretos somaram 13.307 hectares e 189 milhões em investimentos, com potencial de atender cerca de 450 famílias (Brasil de Fato, 2025).

Nesse contexto de lutas, resistência e conquistas, a Cooperativa Camponesa foi criada em 2012 como estratégia das famílias camponesas do território Quilombo Campo Grande no estado de Minas Gerais. Atualmente conta com um quadro social de 46 cooperados distribuídos em três municípios (Campo do Meio, Boa Esperança e Guapé). A cooperativa desenvolve uma série de atividades com as famílias assentadas que não se restringe a produção de café. É importante salientar as ações em torno do grupo de mulheres Raízes da Terra, o viveiro ligado à estratégia do Plano Nacional Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis do MST e a comercialização institucional nas políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Para a safra de 2024/2025, existe uma projeção de aquisição de um milhão de reais em café.

4.4 A Luta do MST em Felisburgo e a Cooperativa dos Camponeses do Vale do Jequitinhonha – COOPERJEQUI

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha mineiro, é marcada por um dos episódios mais violentos da luta pela terra no Brasil - o Massacre de Felisburgo em 2004 - e por duas décadas de resistência persistente por reforma agrária e justiça social.

A luta em Felisburgo teve início em maio de 2002, quando cerca de 230 famílias do MST ocuparam a Fazenda Nova Alegria, denunciando o não cumprimento de sua função social e a existência de terras devolutas (públicas) griladas pelo fazendeiro

Adriano Chafik Luedy. A região do Baixo Jequitinhonha era (e ainda é) marcada por concentração fundiária, coronelismo e relações de trabalho análogas à escravidão (MST, 2020).

O Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) confirmou que 567 hectares dos 1.700ha da fazenda eram terras públicas, invalidando as alegações de propriedade de Chafik. Essa constatação pelo Estado, resultado da ação discriminatória movida pelo MST, foi o estopim para a violência que se seguiria (MST, 2020).

Na madrugada de 20 de novembro de 2004, dia da Consciência Negra, Adriano Chafik Luedy, seu primo Calixto Luedy (ex-policial) e 15 jagunços fortemente armados invadiram o acampamento Terra Prometida. Foram cinco mortos, 12 feridos, entre eles uma criança, e casas, lavouras e animais foram queimados (MST, 2024).

O processo judicial que se seguiu foi complexo e prolongado. Devido à impossibilidade de um julgamento imparcial na região, o Ministério Público conseguiu transferir o caso para Belo Horizonte (desaforamento). Foram condenados o mandante Adriano Chafik e mais quatro pistoleiros (MST, 2024).

Apesar da violência e da lentidão da justiça fundiária, as famílias do MST reconstruíram o acampamento Terra Prometida. Atualmente, 62 famílias resistem no local. E, nesse local, em dezembro de 2024, no Assentamento Popular Terra Prometida, famílias assentadas e acampadas da região do Vale do Jequitinhonha estiveram em assembleia para criação da mais nova cooperativa de Minas Gerais a Cooperativa Camponesa do Vale do Jequitinhonha COOPERJEQUI, formada por 25 sócios fundadores.

Após avaliarem as inúmeras ações de cooperação já desenvolvidas em torno das cadeias produtivas da mandioca, mel, grãos e artesanatos, as famílias assumiram o desafio de darem mais um passo rumo à constituição de uma empresa social. Além de atender as demandas de logística e agroindustrialização, essa ferramenta tem a missão de organizar os alimentos produzidos pelos camponeses para serem comercializados nos programas institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

4.5 Resultados e Discussões

Abaixo segue o quadro 1 com uma síntese comparativa entre os dados sobre os agricultores familiares cooperados e sobre os negros no campo, mencionados e extraídos, principalmente, do último censo agropecuário de 2017.

Quadro 1 - Comparação entre a realidade dos Agricultores Familiares Cooperados X Negros no campo

	Agricultores Familiares Cooperados	Negros no campo
Proporcionalidade	11,4% dos agricultores familiares, sendo que destes 82,7% estão nas regiões Sul e Sudeste, e apenas 1,3% no Nordeste.	61% do total da população do campo (18,2 milhões de pessoas) e se concentram no Norte e Nordeste do Brasil, e nordeste de Minas Gerais. 36,3% do total são camponeses brancos (10,2 milhões de pessoas).
Educação	Maior inserção de alfabetizados.	Maiores índices de analfabetismo (Dos que não sabem ler nem escrever, 73,6% são negros).
Renda	Seja os pronafricanos do grupo V ou a faixa mais alta de não pronafricanos. Concentram-se nas regiões Sul e Sudeste.	Mais baixa ou muito baixa.
Domínio da terra	Possuem	Menor domínio (entre os não proprietários de suas terras, 62,6% são negros).
Tamanho da terra	57,6% do total de estabelecimentos cooperados possuem áreas entre 10 a 50 ha.	Possuem majoritariamente áreas menores de 10 ha.
Orientação técnica	Em estabelecimentos cooperados se triplica o percentual de acesso à assistência técnica.	No Nordeste e Norte os números são menos favoráveis (dos que não recebem orientação técnica, 59% são negros).
Regiões mais dinâmicas economicamente (onde o objetivo maior é a	Mais presentes	menos presentes

comercialização)		
Relações jurídicas com a terra mais precárias (parceiros, comodatários, ocupantes, e produtores sem área)	Menos	Mais
Receitas	Maiores rendimentos (93% dos estabelecimentos cooperados têm vantagens sobre os não cooperados)	Menos rendimentos (ganha importância como complementação às aposentadorias, trabalhos fora do estabelecimento e programas sociais).
Acesso à créditos	Maior acesso	Menor acesso.

Fonte: O autor (2025).

Verificamos a relevância dos impactos de algumas condicionantes sociais e econômicas, fruto de desvantagens/causas cumulativas e discriminação indireta sobre a vida e organização dos camponeses negros, manifestada nas desigualdades socio-regionais e que influenciam diretamente sobre a constituição de cooperativas agrícolas. Sendo assim, as dez perguntas iniciais realizadas aos entrevistados levaram em consideração a relevância dessas condicionantes para a conformação da questão agrária local e do nível de organização do cooperativismo. Apenas a última pergunta do questionário trouxe o tema da racialidade, contudo, as perguntas anteriores são extremamente importantes na análise dos efeitos do racismo estrutural.

Assim, a seguir, os quadros 2 e 3 apresentam um resumo das transcrições de entrevistas com oito indivíduos associados a suas respectivas cooperativas regionais:

Quadro 2 - Resumo das entrevistas associados a COOPERJEQUI

		Eni (Acampamento Terra Prometida, município de Felizburgo - Vale do Jequitinhonha)	Jonas (Assentamento Jerusalém, município de Rubim - Vale do Jequitinhonha)	Kelly (Acampamento Terra Prometida, município de Felizburgo - Vale do Jequitinhonha)	Jorge (Acampamento Terra Prometida, município de Felizburgo - Vale do Jequitinhonha)
	Idade	57 anos	54 anos	35 anos	58 anos
1	Como foi a história da sua família, avós/pais e a sua, para chegar à terra? Sempre teve posse, uso e propriedade da terra?	Após ser posseiros seus pais conseguiram adquirir uma terra. Depois da morte do pai a terra foi vendida e passaram a morar em fazendas como trabalhadores.	A mãe tinha uma posse no Estado da Bahia	Os pais eram posseiros e sempre eram expulsos. Moraram um tempo de agregado com um atia, mas também tiveram conflitos familiares para permanecer, além de ser uma terra de baixa produtividade. A mãe entrou no MST e ainda esta acampada.	Os meus avós paternos chegaram para cá ainda novo, mas nunca teve a posse mesmo. A minha mãe é o avô dela tinha posse. E aí depois perdeu essa posse.
2	Como eram as relações de trabalho? Havia ajudas, mutirões, troca de dias, outros tipos de cooperação?	Sim.	sim	Sim	Sim
3	Antigamente a produção tinha qual objetivo/destino?	Auto sustento, com pouca venda ao mercado. Havia algumas trocas entre vizinhos (farinha por porco, etc)	Auto sustento	Nossa produção era para o sustento, troca de alimentos e a farinha que minha mãe fazia para vender no mercado local, na época 1,50, dois quilos de farinha, e então comprávamos o básico que faltava, as vezes não vendia e as coisas apertavam mais ainda.	Auto sustento. E vendia é, uns para comprar aquilo que faltava. Vendia feijão, vendia milho, vendia farinha, vendia amendoim e comprava a carne comprava, sal comprava, agordura tinha porque matava porco, usava muito porco na época.
4	Hoje, como você avalia a importância de participar das atividades de cooperação da associação/cooperativa?	Importante. Pensar na alimentação, no sujeiro, e não só no lucro.	Importante pela autonomia e possibilidade de ampliar a produção e comercialização	Importante. Forma de enfrentamento de maneira organizada, tanto com produção de alimentos saudáveis como com comercialização, solidariedade entre os povos, resistência, sobrevivência, e autogestão.	Importante. Se cooperar em comunidade.
5	Qual sua escolaridade?	quarto ano do ensino fundamental	Terceira série do ensino fundamental	Ensino superior incompleto	Quarta série fundamental.
6	Qual sua renda mensal?	5000 reais mensais	Minha renda mensal hoje tá em em torno de R\$ 1.300,	R\$ 2.250,00	R\$ 1500,00 do benefício da previdência mais a renda das vendas da produção.
7	Você recebe algum tipo de orientação técnica?	Não	sim	Não	Não
8	Você acessa algum tipo de crédito bancário?	O Agroamigo	Já acessei o Procon e o Procon Agroamigo	Hoje acesso créditos com a CRENOR, finapop, o agro amigo no banco do nordeste.	Hoje o crédito bancário que eu acesso é o Proagro do Banco do Nordeste. E tem tem acessado já algumas vezes.
9	Você comercializa sua produção? Onde?	Sim, o polvilho e a farinha, vendo na cidade, os biscoito eu vendo na cidade, deixo biscoito, temperos, doce, essas coisas, eu vendo no armazém do campo.	Na cidade e no Armazém do Campo	Comercializo minha produção na feira local, no armazém do campo, nas feiras promovidas pelo movimento sem terra, na cooperativa central CONCENTRA.	Na cidade, na na região. Eh, e às vezes agente quando tem feiras estaduais ou regionais, também agente comercializa. E entrega para o PAA, entreguei para o PNAE.
10	Você possui algum tipo de comprovação de posse ou propriedade da terra?	Eu tenho a posse provisória. Cedida pelo sindicato, a parceria? Isso, cedida pelo sindicato.	Eu moro de favor em um assentamento que fica no município Rubim. A gente tem um contrato de posse.	Não	Não
11	Como você se autodeclara: Negro, pardo, Branco, amarelo	negra	Pardo.	negra	Pardo

Fonte: O autor (2025).

Quadro 3 - Resumo das entrevistas associados a CAMPONESA

		Debora (Acampamento Quilombo Campo Grande, município de	Biloba (Acampamento Quilombo Campo Grande, município de	Jailson - Acampamento Quilombo Campo Grande- Sul de Minas	Tuira Assentamento Nova Conquista II - Sul de Minas
	Idade	41 anos	51 anos	41 anos	39 anos
1	Como foi a história da sua família, avós/pais e a sua, para chegar à terra? Sempre teve posse, uso e propriedade da terra?	Os A avós eram posseiros e foram perdendo espaço e sendo expulsos. Os pais também viveram de agregados, arrendo de terras e trabalhando de empregados em Chacara de um japonês.	Os pais eram meeiros em lavoura de café no Pará. Depois o pai trabalhou de boia fria em São Paulo em lavouras de cana de açúcar. Partidaram de uma ocupação com o MST e foram assentados.	Sempre foram trabalhadores rurais em fazendas e não tinham terra. Em Bom Jesus da Lapa na Bahia conseguiram sua primeira casinha.	Meus avós e minha mãe nasceram na terra, né? E sempre tiveram propriedade da terra.
2	Como eram as relações de trabalho? Havia ajudas, mutirões, troca de dias, outros tipos de cooperação?	sim	sim	sim	sim
3	Antigamente a produção tinha qual objetivo/destino?	Auto sustento e faziam feira na cidade.	Auto sustento e o pouco que lá tinha, agente vendia também para comprar o que não tinha	Auto sustento	Auto-sustento muito diversificado. Somente vendia leite.
4	Hoje, como você avalia a importância de participar das atividades de cooperação da associação/cooperativa?	Importante	Importante. Organizar a produção, agregar valor a meradoria, escoar a produção processar a produção.	Importante. Fugir dos atravessadores. Segurança para conseguir produzir. Preço melhor pelas mercadorias.	Importante. Ato revolucionário. Contra os pilares da competição, do individualismo, da concorrência, a cooperação é o elo mais importante para agente, de fato, contrapor esse sistema capitalista. Eu acredito que não existe desenvolvimento se não for de forma
5	Qual sua escolaridade?	Eu tenho ensino médio completo.	Terceiro ano completo.	Quarta série ensino fundamental	Tem segundo grau completo. Ensino superior incompleto
6	Qual sua renda mensal?	R\$ 2.500.	R\$ 2500,00 mensais	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000.
7	Você recebe algum tipo de orientação técnica?	sim	sim	Não.	Não.
8	Você acessa algum tipo de crédito bancário?	Não	Não	Não.	Não.
9	Você comercializa sua produção? Onde?	Além da subsistência da família, faz algumas feiras. PNAE e PAA.	Hoje eu produzo a parte da minha parte vai para minha alimentação, minha e dos animais e depois também vendo uma merenda escolar.	Na cooperativa.	É, hoje. Aí aqui PAA PNA É É isso É acesso comercializo nas políticas públicas PAA PNA e PAA cozinha solidária
10	Você possui algum tipo de comprovação de posse ou propriedade da terra?	Não	sim	Não.	O contrato de concessão de uso.
11	Como você se autodeclara: Negro, pardo, Branco, amarelo	negra.	Negro	Pardo	Pardo.

Fonte: O autor (2025).

Do que podemos analisar com relação ao histórico dos pais e avós sobre a posse e propriedade da terra, as respostas dos entrevistados das regiões do Vale do Jequitinhonha e do Sul de Minas revelam similaridades marcantes na precariedade da posse da terra e na história de deslocamento. Em ambas as regiões, há um padrão predominante de ausência de posse ou propriedade formal e segura da terra ao longo das gerações. É comum encontrar relatos de famílias que foram posseiras (ocupantes informais) e que, posteriormente, perderam suas terras ou foram expulsas. Muitos pais e avós viviam como agregados, meeiros, arrendatários ou trabalhadores rurais em fazendas, sem propriedade própria, dependendo do assalariamento rural. Como demonstra o relato de Jorge do Jequitinhonha:

Meus pais, meu pai e minha mãe nasceu na mesma fazenda em pontos diferentes. Os meus avós chegaram para cá ainda novo, mas nunca teve a posse mesmo. A minha mãe é o avô dela tinha posse. E aí depois perdeu essa posse. Foi levada e ela não ela não sabe a origem. Por que que perderam a posse? E E eu acabei nascendo e criando aqui até os dia de hoje, né? Saí 10 anos, fiquei fora 10 anos e voltei e continuo aqui.

Também foi comum o relato da importância dos pais na aproximação e vínculo ao MST para o acesso à terra. Como exemplos de destaques de respostas temos, o relato da Eni do Jequitinhonha contou:

Em 2000 eu conheci o MST na marcha das Margaridas que eu fui lá em Brasília. A partir dessa data eu comecei sonhar que eu ia juntar ao MST para um dia ter meu pedaço de terra. Em 2002 teve ocupação aqui no município de Feliz Borro, eu fui para ocupação aonde eu tô até hoje.

Por sua vez, Debora do Sul de Minas coloca como foi central a decisão dos pais de entrarem na luta da terra junto ao MST:

E, em 2006, por conta do lugar que não dava é, visibilidade, nem de educação, nem também de, de produzir comida, a gente voltou para o Movimento Sem Terra. E aí a partir daí nós estamos até hoje no Movimento Sem Terra. Minha mãe foi assentada.

Com relação à importância da cooperação ou participação em uma cooperativa, as respostas dos entrevistados do Vale do Jequitinhonha e do Sul

de Minas revelam uma convergência significativa na valorização da cooperação, embora com ênfases ligeiramente diferentes nos motivos e benefícios percebidos. É possível identificar que existem similaridades na percepção da importância da Cooperação, visto que todos os entrevistados, de ambas as regiões, consideram a cooperação "Importante". Isso demonstra um consenso geral sobre o valor das atividades cooperativas. Ambas as regiões veem a cooperação como fundamental para a organização da produção e comercialização, o que sugere um reconhecimento prático dos benefícios econômicos e logísticos. A cooperação é percebida como um meio de resistência e enfrentamento de sistemas maiores, como o capitalista, e uma forma de solidariedade entre as pessoas.

Um relato destacado sobre a importância de se participar de uma cooperativa, é o de Tuira do Sul de Minas Gerais:

Hoje eu acredito que a cooperação é um ato revolucionário frente ao sistema que a gente vive. Porque nesse sistema que a gente vive, que é colocado, né? Os pilares ali do da competição, do individualismo, da concorrência, a cooperação é o elo mais importante para a gente, de fato, contrapor esse sistema capitalista e principalmente nesse sentido que não existe. Eu acredito que não existe desenvolvimento se não for de forma cooperada. A gente com pouca, né? É avanço no sentido de, de políticas públicas de desenvolvimento mesmo, né? Se a gente não conseguisse cooperar, é muito difícil a gente conseguir se manter no trabalho da roça, na organização da produção, na transição agroecológica e também no avanço no sentido de quantidade e qualidade da nossa produção.

Sobre como era o objetivo da produção no passado, o autossustento foi pilar central da produção em ambas as regiões. Os relatos do Vale do Jequitinhonha tendem a detalhar mais as trocas com vizinhos e a venda de produtos diversos (como farinha, feijão, milho) para complementar a renda e adquirir bens não produzidos. No Sul de Minas, as respostas também apontam para o autossustento, mas com menções específicas a vendas em feiras ou de produtos como leite. Referente a essa categoria, o relato de Biloba do Sul de Minas é simbólico:

É, na época nossa, que foi já para o acampamento que virou o assentamento, nós produzia para nós primeiro sobreviver e porque a nós era muito, né? Nós era em 10 em casa, né, juntando pai e irmão. Nós era em 10, então nós plantava para

nós comer e o pouco que lá tinha, a gente vendia também para obter uma grana para modo pagar aí, comprar uma querosene na época, né, que era querosene, comprar algumas coisas que não tinha, né, sal, e então essas coisinhas nós tinha que estar e usando o dinheiro para comprar.

As categorias relacionadas aos índices de desigualdade sociorregional utilizadas nas entrevistas foram escolaridade, assistência técnica, comercialização, renda, posse da terra e cor de pele. É possível identificar algumas diferenças entre os entrevistados do Vale do Jequitinhonha e do Sul de Minas, assim como algumas similaridades.

Ao analisarmos a categoria escolaridade, no Vale do Jequitinhonha, os entrevistados reportam em sua maioria escolaridade de nível fundamental. No Sul de Minas, a escolaridade é mais variada e tende a ser superior. Há uma diferença notável na escolaridade, com os entrevistados do Sul de Minas a demonstrarem, em média, níveis educacionais mais elevados, incluindo ensino médio completo e ensino superior incompleto, em contraste com Vale do Jequitinhonha que se destaca apenas o ensino fundamental. Nesse sentido, é relevante a resposta de Jorge do Jequitinhonha, demonstrando o esforço em buscar capacitar-se mesmo com as dificuldades em seguir estudando:

Eu fiz até o quarto ano primário, mas acoplado a isso eu fiz alguns cursos, né? Tem alguns e alguns certificados de vários cursos técnicos e então assim, é não tem uma formação, mas fui com logo do tempo na vida aprendendo algumas coisa.

Ao analisarmos a categoria assistência técnica está uma diferença clara, sendo prevalentemente acessada pelos entrevistados do Sul de Minas (com uma exceção), enquanto é ausente para os entrevistados do Vale do Jequitinhonha.

Ambas regiões possuem pouco acesso ao crédito bancário, com algumas exceções de entrevistados do Jequitinhonha. Exemplifica as alternativas de créditos bancários, ou mesmo, as construídas pelo MST a fala de Kelly do Jequitinhonha: *“Hoje acesso créditos com a CREHNOR, Finapop, o agro amigo no banco do nordeste”*. Reside aqui a importância de se continuar a analisar futuramente o papel e a importância do Banco do Nordeste sobre esse território.

Referente a categoria comercialização, nota-se que ambas regiões buscam o mercado para escoar sua produção. Não há uma diferença marcante na presença de comercialização, sendo uma prática comum em ambas as

regiões. Os canais de venda são diversos e incluem mercados locais, Armazém do Campo, feiras e programas governamentais (PAA/PNAE). Contudo, quem organiza a comercialização dos entrevistados do sul de Minas é a Cooperativa, onde o café tem uma centralidade, diferente dos entrevistados do Jequitinhonha, que ainda fazem individualmente, sobretudo porque é recente a criação da cooperativa. Como exemplo destaca-se também o relato de Kelly do Jequitinhonha: *“Comercializo minha produção na feira local, no armazém do campo, nas feiras promovidas pelo Movimento Sem Terra, na cooperativa central CONCENTRA”*.

Ao analisarmos a categoria renda, afere-se que as rendas mensais variam consideravelmente em ambas as regiões, sem um padrão regional nítido de maior ou menor rendimento. Porém, dois dos entrevistados da região do Jequitinhonha tem o salário da aposentadoria como importante complemento da renda agrícola. Enfática a resposta de Jorge do Jequitinhonha, que além da renda oriunda do campo, soma-se sua aposentadoria:

Hoje, atualmente, eu tenho um benefício social (aposentadoria), né, que eu recebo um salário mínimo e mais o que eu cultivo e consigo vender e.. e aí assim, uma renda talvez não.. não calculada, não é direta, mas aí eu tenho outras rendas de alguma coisa. Às vezes faço um requeijão, às vezes tem um um bezerro, às vezes tem um... um porco, às vezes tem um feijão que vende, uma semente de milho, enfim, da agricultura, né? Então, tem essas ajudas que às vezes a gente não calcula a renda eh tota.

Referente a categoria posse da terra, nenhum dos entrevistados do Jequitinhonha possui comprovação da posse da terra, pois ainda vivem em um acampamento, mesmo um dos entrevistados que mora de forma irregular em um assentamento. Já no sul de Minas, dois entrevistados possuem o Cadastro de Concessão de uso da terra do INCRA, e outros dois ainda não, mas destacando que muito recentemente houve a emissão da posse do território aos cuidados do INCRA, significando que esta situação irá mudar. Ilustra o relato de Jailson do Sul de Minas ao enfatizar os percalços jurídicos na luta pela conquista de sua terra:

A gente tem a decisão, né, que foi da Vara Agrária, né, dando o direito da posse para nós. E hoje a gente também tem a carta

também, né? Então, que já completamente já faz um reconhecimento que a gente está lá, né? E através da própria cooperativa também já que a gente é sócio da cooperativa, já existe também, vamos se dizer assim, um comprovante, né, que a gente tá residindo ali, né? Uhum. E agora com o decreto também do quilombo Campo Grande, já dá completamente porque a posta no modo geral, né, para todo mundo, né?

Por fim, ao analisar a autodeclaração da cor de pele, observou-se uma similaridade entre os auto declarados negros e pardos. Contudo, a observação desse investigador garante que é perceptível a presença de mais cooperados de cor branca no Sul de Minas comparado à pouca presença nos cooperados de cor branca no Vale do Jequitinhonha, informação que, devido a amostragem das entrevistas, não possibilitou essa aferição.

No entanto, aferimos como as desigualdades sociorregionais são mais fortes em uma das regiões analisadas e podemos relacionar como isso afetou historicamente e diretamente o processo de constituição de cooperativas agrícola na região e, não casualmente, esta região é composta por uma maioria de camponeses negros, a região do nordeste de Minas Gerais, onde se localiza o Vale do Jequitinhonha. Ainda, das regiões analisadas - e das regiões onde o MST está organizado no estado⁵ - foi a região que mais tarde se criou uma cooperativa - desde a criação do MST na região a mais de 20 anos.

⁵ O MST de Minas Gerais está organizado nas regiões do Sul de Minas, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas, Triângulo Mineiro e Metropolitana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstra a atualidade da utilização das categorias geográficas para a confirmação da reflexão sobre a indissociabilidade entre a questão racial e a questão agrária brasileira.

A dialética nos salvaguarda no sentido de afirmar que não existe uma variável única para explicar uma realidade complexa, como a realidade brasileira. Entretanto, uma síntese irrefutável é que mesmo em condições tão desfavoráveis, desde o Brasil colônia que se mantém até os dias atuais, os camponeses negros são a maioria da população do campo e detêm apenas cerca de um terço dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, sendo estes estabelecimentos rurais os menores e as piores terras, onde muitos ainda possuem extrema insegurança sobre a posse da terra.

Muitas lutas, revoltas e aquilombamentos foram necessárias para se configurar esse cenário. Se ao invés dos negros terem como prioridade a busca por sobreviverem, tivessem seguido uma dinâmica política, social e econômica diferente, a partir de uma indenização por séculos de escravização, suas realidades produtivas e organizativas em seus territórios seriam outras.

Somaram-se causas/desvantagens cumulativas e a discriminação indireta, sobretudo perpetradas pelo Estado brasileiro, ainda hoje segregando o país em duas porções a partir de desigualdades sociorregionais. Um centro-sul com territórios mais dinâmicos economicamente, interligados ao mercado, sobretudo de *commodities*, e com uma disposição maior das instituições públicas de executar políticas públicas para o desenvolvimento agropecuário. Exemplo desse território está o Sul de Minas Gerais, onde se encontram as famílias entrevistadas da cooperativa CAMPONESA, sujeitos da nossa investigação.

Uma outra porção no centro-norte impera mais o analfabetismo no campo, menores rendas familiares, ínfimo acesso a crédito rural, baixo acesso a orientação técnica, relações jurídicas mais frágeis de trabalho e posse da terra, e estabelecimentos rurais menores em territórios menos dinâmicos economicamente. A porção centro-norte do Brasil é formada em sua maioria por camponeses negros. Neste território, em nossa pesquisa, está o Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais, onde se encontram as famílias entrevistadas e a cooperativa COOPERJEQUI, também sujeitos dessa investigação.

A investigação à campo demonstrou, a partir da amostragem, que as representações das cooperativas, mesmo que em regiões distintas, ambas reconhecem unanimemente a importância da cooperação para a sobrevivência e o desenvolvimento de suas comunidades. Os entrevistados do Sul de Minas tendem a articular essa importância com uma linguagem mais explícita de "enfrentamento", "resistência", "autogestão" e "ato revolucionário" contra o sistema capitalista e seus pilares. Os entrevistados do Vale do Jequitinhonha também veem a cooperação como crucial, mas suas justificativas são um pouco mais focadas nos benefícios diretos de autonomia, ampliação da produção, não-lucro excessivo e organização da cadeia produtiva. No entanto, a base de valorização mútua da cooperação como um pilar de suas comunidades é evidente em ambas as regiões.

Em resumo, as diferenças mais consistentes entre as regiões de Jequitinhonha e Sul de Minas, com base nas respostas dos entrevistados, encontram-se na escolaridade (com Sul de Minas a ter níveis educacionais mais altos), na assistência técnica (mais presente no Sul de Minas) e na comprovação da posse da terra (mais presente no Sul de Minas). Existe similaridade na busca ao acesso ao mercado, contudo, com destaque para a importância do comércio local no Jequitinhonha, e o papel da Cooperativa no Sul de Minas como canal de viabilização da comercialização dos produtos agrícolas, sobretudo o café.

Ao verificarmos como os entrevistados se auto declaram, foi igual o número de negros e pardos. Entretanto, a percepção ao observar a realidade dos filiados da cooperativa CAMPONESA demonstrou uma considerável presença de camponeses brancos, não verificados na amostragem do estudo.

Ao analisar as narrativas de exclusão fundiária e de luta pela terra combinadas com as autodeclarações raciais da maioria dos participantes como Negros ou Pardos, é possível inferir que as experiências descritas se alinham com os efeitos históricos do racismo estrutural no Brasil, que historicamente marginalizou e desapropriou populações negras e pardas. Embora ainda enfrentam desafios, a recente emissão da posse da terra realizada no Sul de Minas no Quilombo Campo Grande no ano de 2025, em alguns casos parece mais avançada em comparação com o Jequitinhonha. Indivíduos possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU), decisões da Vara Agrária, e reconhecimento via decretos e homologação das terras como o do Quilombo

Campo Grande, indicando uma situação mais consolidada juridicamente, embora a regularização total por decreto ainda possa estar pendente para alguns.

A luta do MST permitiu acesso à terra pelas famílias entrevistadas, e mais do que isso, a estratégia de organização de um sistema cooperativista dentro do Movimento contribuiu para a organização de cadeias produtivas de alimentos e acesso a mercados importantes, como as vendas institucionais para o PNAE e PAA. O cooperativismo dentro do MST, a partir da solidariedade e de cunho popular, é crítico ao cooperativismo vinculado apenas aos interesses e princípios do Capital, manifestados na estratégia da OCB.

Respaldado na metodologia da observação participante, conclui-se que as diferenças sociorregionais influenciam diretamente nas condições concretas e na própria subjetividade dos camponeses para assumirem o desafio da abertura de uma cooperativa. A CAMPONESA do Sul de Minas completou 13 anos de criação, a COOPERJEQUI ainda não tem um ano de abertura. Para este investigador, tal diferença de tempos de abertura das cooperativas é reflexo das maiores dificuldades impostas aos camponeses, em sua maioria negros, do Vale do Jequitinhonha.

Muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas em estudos futuros, contudo podemos afirmar que esse trabalho traz contribuições acadêmicas, sendo pioneiro em três aspectos. O primeiro ao tratar o tema da segregação territorial, estudado majoritariamente em territórios urbanos, aqui com um enfoque rural. O segundo ao relacionar o debate dos paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária ao tema do cooperativismo. E o terceiro, e talvez mais relevante, ao trazer à tona a inter-relação entre o racismo estrutural e o cooperativismo no Brasil.

O racismo estrutural certamente não é a única variável para explicar o menor número de cooperativas criadas no Nordeste e Norte do Brasil, e no Nordeste de Minas Gerais, regiões que possuem a maior parcela de camponeses negros do país. Aqui reside a necessidade de mais estudos para desvelar várias lacunas ainda abertas. Estudos mais qualitativos e quantitativos sobre o número de cooperativas, sua natureza e sobre o histórico e perfil dos associados, sobretudo no nordeste mineiro, se faz necessário.

Porém, essa chave de análise é importante e determinante para as conclusões, bem como para os desdobramentos políticos dos movimentos socioterritoriais a fim de mudar esta realidade. Nos próximos estudos, também se faz importante a abordagem de outras formas de cooperação no campo, além da organização cooperativa, desenvolvida nestes territórios analisados.

Esse é um campo de pesquisa de questões desafiadoras principalmente dentro dos movimentos de natureza camponesa, negro e cooperativista. Isto ocorre devido ao preço pago de muito sangue e suor para alcançar, através das lutas, todos os avanços existentes. Também porque movimenta a necessidade de repensarmos as formas organizativas construídas a duras penas pelos trabalhadores, principalmente do povo negro.

Porém, acredita-se que todos os movimentos podem acumular avanços se dermos a devida importância para o tema do racismo estrutural, para o entendimento do desenvolvimento do capital no Brasil, qualificando nossas organizações para superar sua exploração e propor modelos de desenvolvimento que reduzam as desigualdades socio-regionais, rumo a modelos de desenvolvimento solidários e emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**: Feminismos plurais. 1ed. São Paulo. Editora Pólen. 2019. 264p.

A.; SILVA, S. P. **Agriculturas e diversidades**: Trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2025, p. 99-127.

BALBINO, T. de F.; RIBEIRO, E. M.; SHIKI, S. de F. N. A dinâmica da Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha: Uma análise a partir dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. In: DOS SANTOS, G. R.; VALADARES, BATAIER, Carolina. ASSENTADOS em MG celebram conquista da terra após 27 anos de luta: 'Todo assentamento é uma vitória'. **Brasil de Fato**, Campo do Meio, 07 de março de 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/03/07/assentados-em-mg-celebram-conquista-da-terra-apos-27-anos-de-luta-todo-assentamento-e-uma-vitoria/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes.1985.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: H. Novaes, A. Diogo Mazin & L. Santos (Eds.), **Questão agrária, cooperação e agroecologia** (p. 155-171). Marília: Lutas Anticapital, 2019. 367p.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Cooperação Agrícola**. Dicionário de Agroecologia e Educação. 1ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021. 816p.

DA SILVA, E. E.; PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, J. R. **Roteiro bibliográfico do cooperativismo no Brasil (1966 a 2009)**. Lavras: UFLA: Outra Economia. 2014. 69p.

DATA LUTA. **Dataluta**: banco de dados da luta pela terra. Presidente Prudente. UNESP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/753c6cd3-03e9-435c-a8bc-9c685f5040ff>. Acesso em: 05 jun. 2025.

DELGADO, G. C. **A Questão Agrária no Brasil, 1950 - 2003**. IPEA, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

DELGADO, G. **Questão agrária hoje**. São Paulo: Revista Reforma Agrária, ano 35, v. 1, n. 2, 2014. 127p. Disponível em:

https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_vol1-e-2.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FAJARDO, S.; ROCHA, M. M. **Aspectos do ideário cooperativista eo cooperativismo no Brasil**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 43, p. 22-47, dez., 2021. 22p.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**: Entrando nos territórios do território. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 496p.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, janeiro/junho, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009. 368p.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976. 413p.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular coedição. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017. 160 p.

FIRMIANO, F. D.; CAPUCHINHO, M. N.; BRANT, N. L. C. Conflitos socioambientais no Sul de Minas Gerais e a luta e resistência do complexo Quilombo Campo Grande. In: BRUZIGUESSI, B. et al. **Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021. 295p.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 06 jan. 2026.

GIRARDI, E. P. **A indissociabilidade entre questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 134.

GREGOLIN, M. R. P.; SOUZA, R. S. de. Da origem ao cisma: o cooperativismo agrícola brasileiro e o dualismo representativo. **Revista Pegada**, São Paulo, v.

22, n. 2, p. 152-184, maio/agosto, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8456/pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

HARVEY, D. The new imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, v. 40, The New Imperial Challenge, 2004, p. 63-87. Disponível em: <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811>. Acesso em: 24 ago. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: População e Domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Boitempo, 2024. (Baseado na edição original: LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991).

MAFORT, K. C. de O. Atualidade da Questão Agrária e a Resistência dos Povos. In: BRUZIGUESSI, B. et al. **Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021. 295p.

MARTINS, Caio. **O cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Temporalis, Vitória, v. 12, n. 23, p. 209-229, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2902>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo. Abril Cultural. Vol. 1. 1983. 291p.

MASSON, G. A. Determinantes do desenvolvimento do capitalismo no campo em Minas gerais: as lutas pela terra, suas diferentes manifestações e a reforma agrária como política social. In: BRUZIGUESSI, B. et al. **Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021. 295p.

MESQUITA, C. GIMÉNEZ, J. Massacre de Felisburgo completa 16 anos. **Página do MST**. 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/20/massacre-de-felisburgo-completa-16-anos/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MÓNICO, L. S.; ALFERES, V. R.; CASTRO, P. A.; PARREIRA, P. M. A. Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa: 6 **Congresso Ibero Americano Investigacion Cualitativa**, 6., Coimbra, Anais, 2017.

MORAES, C. S. de. **Teoria da Organização no Campo**. 2ed. São Paulo: Caderno de Formação n. 11 publicação MST. 2015. 75p.

MOREIRA, Gilvander, A luta pela terra em Campo do Meio – MG. **Jornal A Verdade**, Belo Horizonte, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://averdade.org.br/2018/11/a-luta-pela-terra-em-campo-do-meio-mg/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOREIRA, G. **Sem-terra, indígenas e negros na luta por direitos**. Cedefes, 25 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/sem-terra-indigenas-e-negros-na-luta-por-direitos/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Formação nº 20: A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST, 1993. 56 p.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5: Sistema Cooperativista dos Assentados**. São Paulo: MST, 1997. 71 p.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, M. S. R. do. **Confeccionando Vidas: a experiência de cooperação no Assentamento José Lourenço e a implantação da agroindústria na reforma agrária**. 2023. 149 p. Dissertação (Mestrado). UECE, Fortaleza, 2023.

PAGOTTO, C. Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra. **Lutas Sociais**, [s. l], v. 23, n. 42, p. 161 172, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18709>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”**. Rio de Janeiro: TOPOI - Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, v. 11, n. 21, 2010. 260-282p.

PEREZ, I. U. **Manual para Condução de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS)**. Bauru. Ed: UNESP, 2020. 25p.

PERONI, N. D. **A fidelidade em cooperativas: um estudo em organizações de agricultores familiares no Rio Grande do Sul**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

PIRES, M. L. L. S. **Cenários e tendências: do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

PLOEG, J. D. V. D. **Os novos campesinatos: lutas pela autonomia e sustentabilidade em uma era de império e globalização**. Rio de Janeiro: Earthscan, 2008.

RIBEIRO, E. M.; AYRES, E. B.; GALIZONI, F. M.; ALMEIDA, A. F.; PEREIRA, V. G. **Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro**. Piracicaba – SP: Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 52, Nº 02. 2014. p. 365-386. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273667527_Programas_sociais_mudancas_e_condicoes_de_vida_na_agricultura_familiar_do_Vale_do_Jequitinhonha_Mineiro. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. -4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259p.

SCHENINI, P. C. PINHEIRO, A. M.; ZANELLA, L. C. H.; SILVA, F. A. da; COSTA, A. M. **Cooperativas de produção agropecuária do MST: possibilidades e limites como indutora da sustentabilidade dos assentamentos**. XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: SOBER, 2006, p. 1-21.

Segregação. **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/segregacao/>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e 252661. Brasília, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: V1- O debate tradicional. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 304p.

VILELA, Flora. **Mais um 20 de novembro e 20 anos sem justiça para Felisburgo**. MST, Página do MST, 20 de novembro de 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/11/20/mais-um-20-de-novembro-e-20-anos-sem-justica-para-felisburgo/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

WELCH, C. A. **Contradições da descolonização brasileira: políticas públicas de desenvolvimento territorial e Resistências entre as comunidades indígenas, quilombolas e sem-terra no Estado de São Paulo**. São Paulo: Outras Expressões, 2023. 348p.

WILLERS, E. M. **Cultura associativa: a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião oeste paranaense**. 2015. TESE. Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicada, 2015.

WILKER, Lucas. Decisão do STJ marca vitória do MST no Quilombo Campo Grande (MG), após 27 anos de conflito. **Página do MST**, 8 de novembro de

2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/11/08/decisao-do-stj-marca-vitoria-do-mst-no-quilombo-campo-grande-mg-apos-27-anos-de-conflito/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

VEDANA, R. GARCIAS, M. de O. SHIKIDA, P. F. A. ARENDS-KUENNING, M. P. **Agricultura e diversidades:** Trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. IPEA, 2022.